

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ – FADIC
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

RICARDO PONTES PIMENTEL

**O ‘MUNDO RUSSO’ E A CRISE DA UCRÂNIA:
PROTEÇÃO DE UMA COMUNIDADE INTERESTATAL
OU IMPERIALISMO RUSSO?**

Recife

2019

RICARDO PONTES PIMENTEL

**O ‘MUNDO RUSSO’ E A CRISE DA UCRÂNIA: PROTEÇÃO
DE UMA COMUNIDADE INTERESTATAL OU
IMPERIALISMO RUSSO?**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à Faculdade Damas da Instrução Cristã - FADIC como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr.º Antonio Henrique Lucena Silva.

Recife

2019

Catálogo na fonte
Bibliotecário Ricardo Luiz Lopes CRB-4/2116

P644m Pimentel, Ricardo Pontes.
O “mundo russo” e a crise da Ucrânia: proteção de uma comunidade interestatal ou imperialismo russo? / Ricardo Pontes Pimentel. – Recife, 2019.
47 f.: il. col.

Orientador: Prof^o. Dr.^o Antonio Henrique Lucena Silva.
Trabalho de conclusão de curso (Monografia – Relações Internacionais) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2019.
Inclui bibliografia

1. Relações internacionais. 2. Rússia. 3. Ucrânia. 4. Espaço pós-soviético. I. Silva, Antonio Henrique Lucena. II. Faculdade Damas da Instrução Cristã. III. Título.

327 CDU (22. ed.)

FADIC (2019.1-279)

RICARDO PONTES PIMENTEL

**O ‘MUNDO RUSSO’ E A CRISE DA UCRÂNIA: PROTEÇÃO DE UMA
COMUNIDADE INTERESTATAL OU IMPERIALISMO RUSSO?**

Monografia submetida à Faculdade Damas da Instrução
Cristã - FADIC como requisito parcial para obtenção do
título de Bacharel em Relações Internacionais

Orientador: Prof. Dr.º Antonio Henrique Lucena Silva.

Data: / / Nota:

Orientador: Prof. Dr.º Antonio Henrique Lucena Silva
Faculdade Damas da Instituição Cristã – FADIC

Examinador: Prof. Dr.º Elton Gomes dos Reis
Faculdade Damas da Instituição Cristã – FADIC

Examinador: Prof. Dr.º Rodrigo Santiago da Silva
Faculdade Damas da Instituição Cristã – FADIC

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a minha querida família, a minha íncrita e amada mãe, por sempre acreditar no meu potencial e me apoiar em todos os momentos, bons e maus. Ao meu padrasto, por ter sido um pilar necessário na família e na minha vida. A minha irmã e minhas sobrinhas que, mesmo na Espanha, estão sempre no meu coração. A minha eterna e benquista avó, que não se encontra mais neste plano, mas segue viva nos meus pensamentos.

Agradeço aos amigos e colegas, de diferentes turmas e períodos, que conheci no decorrer dessa longa jornada acadêmica, pela amizade e cooperação nos diversos trabalhos e atividades.

Agradeço a Faculdade Damas da Instrução Cristã e totalidade do seu quadro de funcionários e corpo docente que, através da providencia divina e dos valores judaico-cristãos apregoados pela Igreja Católica Romana, me proveram conhecimento científico e filosófico sobre o campo de estudo das Relações Internacionais.

Agradeço a meu orientador, professor Antonio Henrique Lucena Silva, pela paciência, orientação e vasto conhecimento atrelado ao campo de estudo das Relações Internacionais; Aos docentes Elton Gomes dos Reis, que atualmente ocupa o cargo de coordenador do curso, e Rodrigo Santiago da Silva, ambos integrando a banda examinadora.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo a análise das diretrizes da política externa russa alicerçada a narrativa do Mundo Russo, como um a ferramenta para o engajamento russo no espaço pós-soviético e, principalmente, na Ucrânia. O trabalho, primeiramente, encarrega-se de explicar o conceito do Mundo Russo e como a Rússia o transformou em um fator legitimador na defesa de seus interesses no espaço pós-soviético. Posteriormente, se dedicará a entender o fenômeno através do viés defensivo do realismo estrutural, elencando alguns eventos que serviram como modificadores da estrutura e relacionando-os com os postulados estruturais de Kenneth Waltz. Por fim, elencará três elementos por trás dos interesses russos na Ucrânia com o objetivo de entender a centralidade desse país no espaço pós-soviético e na sua narrativa do Mundo Russo.

Palavras-chave: Mundo Russo. Rússia. Ucrânia. Realismo Estrutural. Espaço Pós-Soviético.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the guidelines of Russian foreign policy based on the narrative of the Russian World as a tool for Russian engagement in the post-Soviet space and especially in Ukraine. The work first aim to explain the concept of Russian World and how Russia has made it a legitimating factor in the defense of its interests in the post-Soviet space. Subsequently, it will focus on understanding the phenomenon through the defensive viewpoint of structural realism, listing some events that served as modifiers of the structure and relating them to the structural postulates of Kenneth Waltz. Finally, it lists three elements behind Russian interests in Ukraine in order to understand the centrality of that country in the post-Soviet space and in its narrative of the Russian World.

Key-words: Russian World. Russia. Ukraine. Structural Realism. Post-Soviet Space.

SUMÁRIO

INDRODUÇÃO.....	8
1. O MUNDO RUSSO: UM CONCEITO SOCIOCULTURAL E GEOPOLITICO.....	11
1.1 Institucionalização do “Mundo Russo”.....	12
1.2 Um mundo iliberal e conservador.....	15
1.3 Paralelos entre o Mundo Russo e a Eurásia.....	17
1.4 A realidade tácita e a questão da Ucrânia.....	19
2. O MUNDO RUSSO NO CONTEXTO DA ESTRUTURA.....	22
2.1 Do quase colapso ao renascimento de uma potência: o reconcerto geopolítico da Rússia no século XXI através da perspectiva estrutural.....	22
2.2 O primeiro período de reatividade: a Guerra do Kosovo e o alargamento da OTAN.....	25
2.3 O segundo período de reatividade: a Ucrânia e a Crimeia no contexto da balança de poder.....	27
3. O MUNDO RUSSO NO CONTEXTO DA UCRÂNIA.....	32
3.1 O elemento estratégico: a Ucrânia como Estado Tampão.....	34
3.2 O elemento econômico: o papel do gás na manutenção do Mundo Russo na Ucrânia.....	36
3.3 Cultura e sociedade: a História do Mundo Russo na Ucrânia.....	38
CONCLUSÃO.....	43
REFERENCIAS.....	46

INTRODUÇÃO

Com o colapso da União Soviética, a Rússia viu um sistema erigido ao longo de sete décadas ruir do dia para a noite. Tamanho acontecimento histórico causou o surgimento de uma série de problemas sistêmicos para recém estabelecida Federação Russa: da necessidade de urgentes reformas econômicas que adequassem a sua economia ao sistema internacional, até as questões de segurança que remetessem o arsenal nuclear da antiga União Soviética. Os anos 90 seriam um período de reconserto estrutural, reformas e experimentações que causariam uma grande convulsão política e social.

Após uma “década perdida” de reconstrução de suas estruturas internas, a Rússia da virada do milênio passou a mirar em questões estratégicas concernentes ao seu futuro e ao futuro de milhões de russos e ex-cidadãos soviéticos no espaço pós-soviético. Políticas pragmáticas dos anos 90 e começo dos anos 2000, através de programas que ajudassem o retorno de russos ao seu país, eventualmente, iriam se configurar na criação de uma narrativa de *soft power* que legitimasse o engajamento russo na região: o Mundo Russo, ou seja, a totalidade social atrelada à cultura e à história da Rússia existente nas ex-repúblicas soviéticas (KUDORS, 2010).

O que, a princípio, parecia ser um projeto de *soft power* oriundo das ideias de intelectuais e ideólogos russos, tornou-se um dos instrumentos mais efetivos para realização da política externa russa. Ao traçar um limite geográfico, a Rússia mandou uma mensagem clara ao crescente expansionismo das forças euro-atlânticas: o Kremlin não ocuparia papel secundário nas questões acerca desse espaço e iria defender seus interesses, assim como os direitos dos russos étnicos existentes nessa região. O crescente engajamento do Kremlin nessa esfera, porém, não intimidou algumas ex-repúblicas soviéticas de romperem com Moscou em prol do euro-atlantismo.

Dentre as ex-repúblicas soviéticas que passaram a rejeitar a integração eurasiática, a Ucrânia se configurou no caso mais difícil para Rússia no seu projeto de erigir um Mundo Russo. A relevância do país é ímpar: sendo uma ponte que liga a Eurásia ao continente Europeu (inteiramente situada na Europa), a Ucrânia se traduz em um ponto de interseção entre dois projetos civilizatórios, uma encruzilhada entre dois mundos: a Europa e seus valores liberais e o “Mundo Russo”, de caráter único. Não obstante, a Ucrânia é um país abundante em recursos naturais devido ao seu solo extremamente fértil e rico em minerais. Além de se a ex-república soviética com a maior quantidade de russos étnicos.

Indícios de uma dissidência ucraniana surgiram como Revolução Laranja de 2004, porém a mudança radical viria entre 2013 e 2014. O movimento Euromaidan de 2013 desencadeou o início de uma longa crise nacional onde dois grandes blocos iriam medir suas forças: o Ocidente, liderados pelos Estados Unidos e União Europeia em apoio a Kiev; e o dito Mundo Russo, compreendido pelos países que escolheram a integração eurasiática apoiando a comunidade russa da Ucrânia. Como resposta a destituição do então presidente pró-russo Viktor Yanukovych, Moscou anexou a estratégica península da Crimeia com o apoio da maioria de sua população, de origem russa. Além disso, sorrateiramente, apoiou separatistas pró-russos na região de Donbass através do envio de tropas sem insígnia, fornecimento de armas e uso de mercenários. Havia ficado claro que a narrativa do Mundo Russo era uma valiosa ferramenta na fomentação de conflitos através da mobilização populacional, assim como um fator legitimador do envolvimento militar russo na defesa dos direitos da diáspora russa.

O evento acabou gerando uma crise continental na Europa e solidificou, de uma vez, a trajetória euro-atlantista a ser tomada por Kiev. Uma série de sanções foram impostas por Washington e Bruxelas contra indivíduos, empresas e funcionários da Rússia ligados ao episódio, contribuindo para o colapso do rublo russo e para o surgimento da crise financeira russa (2014-2017). As rodadas de sanções, contudo, também acabaram causando danos econômicos a vários países da União Europeia devido à suspensão da importação de produtos europeus por parte de Moscou.

Definir o comportamento da Rússia nesse período se torna uma tarefa difícil, porém essencial. O presente trabalho buscará entender a real natureza do Mundo Russo e das diretrizes da política externa russa concernentes a ele. Esse exercício será feito através de três etapas: a primeira irá se preocupar em explicar a origem e o desenvolvimento da narrativa e o forjamento de políticas que buscassem a sua institucionalização, explicando o Mundo Russo como um conceito sociocultural, assim como também de cunho geopolítico. A segunda etapa irá se encarregar de analisar o Mundo Russo sob a ótica estruturalista do neo-realismo defensivo, enfatizando a influência da estrutura e dos seus modificadores no forjamento de uma narrativa revanchista que visasse fazer frente a expansão ocidental. Por fim, o presente trabalho buscará elencar múltiplos elementos por trás do interesse russo na Ucrânia, contribuindo para o entendimento acerca da centralidade desse país nessas contendas.

Através do cumprimento dessas etapas, busca-se compreender se o Mundo Russo é realmente uma ferramenta que visa proteger a comunidade russa e russófona no espaço pós-soviético, assim como defender os seus direitos e promover a imagem da Rússia, ou um instrumento que visa legitimar intervenções militares e outras práticas imperialistas postas em prática pelo Kremlin. O trabalho realiza uma pesquisa descritiva de abordagem qualitativa através de revisão bibliográfica e análise discursiva de pronunciamentos oficiais do Kremlin. Além disso, também se faz necessário uma análise histórica para entender as particularidades da região compreendida entre Varsóvia e Moscou, onde se situa a Ucrânia, de modo a preencher lacunas relacionadas ao Mundo Russo. Como referencial teórico, utilizou-se da teoria do neo-realismo defensivo, derivada do realismo estrutural de Kenneth Waltz (1979), e do conceito de “imperialismo preclusivo” proposto por Hall Gardner (2015).

1. O MUNDO RUSSO: UM CONCEITO SOCIOCULTURAL E GEOPOLÍTICO

Na noite do dia 26 de dezembro de 1991, às 19h32, a bandeira soviética foi substituída pela bandeira russa pré-revolucionária, simbolicamente denotando a dissolução formal da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e o fim da longa bipolaridade que determinou as diretrizes do sistema internacional durante boa parte do século XX. Tal acontecimento é amplamente considerado no Ocidente uma simbólica vitória ideológica americana. O triunfo do sistema capitalista, como esperado, demarcaria o início de uma nova era global onde todos os atores políticos caminhariam numa única direção de maneira harmônica sob a égide do liberalismo.

Essa percepção Fukuyamiana¹ (1992), porém, não foi encarada da mesma maneira na Rússia, onde a dissolução da União Soviética é vista pela grande maioria dos russos como um desastre geopolítico. Esse sentimento não emana necessariamente de uma frustração coletiva em relação à falha do sistema socialista soviético de economia planificada, mas, sim, da total desconfiguração das fronteiras e da desintegração populacional que se seguiram ao final da União Soviética. Essa conotação trágica acerca da fragmentação da URSS é bem expressada numa entrevista do Presidente Vladimir Putin concedida ao programa de televisão norte-americano *60 minutes*, quando o líder russo afirmou que “em um instante, 25 milhões de russos se encontraram fora das fronteiras do seu Estado, embora estivessem vivendo dentro das fronteiras da União Soviética” (PUTIN, 2015).

O contingente demográfico da maioria das ex-repúblicas soviéticas ainda continua a expressar características de Estados que sofreram uma enorme desconfiguração populacional, corroborando ainda mais com a percepção do Kremlin sobre a dissolução da União Soviética como sendo a maior tragédia do século XX. Por esse motivo, hoje a Ucrânia possui aproximadamente 8 milhões de russos residindo dentro de suas fronteiras, o maior contingente de russos étnicos fora da Federação Russa (STATE STATISTICS COMMITTEE OF UKRAINE, 2001).

A conduta do Kremlin, no que concerne a vasta população de russos vivendo além das fronteiras do país, está associada ao conceito de “Mundo Russo” (*russkiy mir*), mencionado pela primeira vez por pensadores conterrâneos no século XIX. Nessa concepção, o termo

¹Em sua obra “*The End of History and the Last Man*”, Fukuyama defende que a democracia liberal ocidental seria o ponto final da evolução sociocultural humana.

“mundo” (*mir*) se traduz em um espaço civilizacional transfronteiriço similar aos conceitos de “mundo grego”, “mundo romano” e “mundo bizantino”, conforme compreendidos nas fontes antigas. Ou seja, um amplo território sob a influência de um centro singular (LARUELLE, 2015, p.1).

O conceito, que havia sido esquecido durante o período soviético, reapareceu logo após a dissolução da URSS, passando por uma ressignificação através das ideias dos pensadores Pyotr Shchedrovitsky e Efim Ostrovsky. Ao invés do caráter etnocêntrico do período imperial compreendido na doutrina “Ortodoxia, Autocracia e Nacionalidade” (*pravoslavie, samoderzhanie i narodnost*), o novo Mundo Russo está centrado numa ideia mais inclusiva de destino partilhado, como expressado no trecho: “Nós, Russos, somos um povo multinacional. Ser Russo não está ligado a sangue, ser Russo está ligado à ideia de um destino partilhado” (LARUELLE, 2015, p.4-5).

O Mundo Russo, então, relaciona-se mais a fatores culturais do que meramente étnicos, estando erigido sob o compartilhamento de três características fundamentais que se retroalimentam: o cristianismo ortodoxo, a língua russa e, por fim, uma memória histórica comum (FEKLYUNINA, 2015). Apesar do suposto novo caráter cívico e cultural do conceito, Kolsto e Blakkisrud (2016, p.18) afirmam que a reutilização do termo coincidiu com um período em que houve uma relativa etnificação do nacionalismo russo, uma vez que, quando Putin afirma que povo russo se tornou uma das nações mais divididas no mundo, pressupõe-se que o conceito possui um caráter étnico.

1.1 Institucionalização do “Mundo Russo”

Após os violentos protestos do Euromaidan em Kiev, provocados pela decisão do governo ucraniano de suspender a assinatura de um acordo de associação com a União Europeia (que deram início a longa Crise da Ucrânia), as propostas em torno da proteção dos Compatriotas no Exterior (*sootchestvenniki za rubezhom*), apresentadas por Boris Yeltsin, ainda nos anos 90, e o conceito de “Mundo Russo” convergiram e adentraram o vocabulário político russo. Isso deu espaço a uma narrativa nacionalista e revanchista sobre a necessidade da Rússia de manter-se uma grande potência e defender seus interesses em relação ao espaço pós-soviético (*postsovetskoye prostranstvo*), especialmente no tocante a Ucrânia, país com o maior contingente de russos fora da Rússia, que desde então vinha estreitando cada vez mais

os laços com a União Europeia e o Ocidente, sendo este último considerado o inimigo ideológico na narrativa messiânica do Mundo Russo (ZEVLEV, 2016, p.12).

Com a chegada de Vladimir Putin ao poder em 2000, uma nova dinâmica surgiu para a questão dos Compatriotas no Exterior. Preocupações a respeito da desconfiguração demográfica da população de russos étnicos no espaço pós-soviético estiveram presentes nos discursos dele desde o início de seu mandato, adquirindo até mesmo um caráter de urgência que não existiu durante os mandatos de Yeltsin (a questão demográfica acabou sendo ofuscada pelas reformas econômicas que ocorreram ao longo dos anos 90, a crise constitucional russa de 1993 e as Guerras da Chechênia). Consequentemente, Putin elevou a questão da desconfiguração demográfica a uma questão de *high politics*, levando o Kremlin a iniciar um processo de institucionalização da questão demográfica sem precedentes na Rússia.

Em 2001, o governo russo criou o “Conceito sobre o Desenvolvimento Demográfico da Rússia”, trazendo a questão do desenvolvimento demográfico e da imigração a uma posição central na agenda do Kremlin. Dentro desse escopo, o governo russo, através do documento “Principais Diretrizes da Federação para Compatriotas que Vivem no Exterior em 2002-2005”, traçou um conjunto de ações políticas a serem tomadas em relação aos Compatriotas no Exterior e ao Exterior Próximo (*blizhneye zarubezhnye*); este último se tratando do espaço geográfico ocupado pelas recém-independentes ex-repúblicas soviéticas.

Tal documento representou, ao mesmo tempo, a salvaguarda dos direitos dos russos no exterior e o início de um processo sistemático de repatriamento de expatriados russos e russófonos com a finalidade de reportar-se a um dos problemas demográficos mais sérios na Rússia do século XXI, o da escassez de força de trabalho.

A política da Federação para com compatriotas residentes no exterior é orientada para o ajuste no país adotado, com uma deliberada especificidade étnico-cultural, mas também com vistas à formação de mecanismos para sua migração legal e controlada para a Rússia e a obtenção de um equilíbrio ideal entre ambos os processos. (LARUELLE, 2015, p. 7)

Num discurso dado durante o Primeiro Congresso dos Compatriotas, em 11 de outubro de 2001, Putin buscou ampliar ainda mais a conotação de Compatriotas no Exterior ao afirmar que “O compatriota não é apenas uma categoria legal. Mais importante, não é uma questão de status ou favoritismo. É, acima de tudo, uma questão de escolha pessoal. De autoidentificação. Eu diria mesmo, de autoidentificação espiritual” (RÚSSIA..., 2001). A resignificação de Putin acerca do conceito, portanto, vai além do caráter cívico (cidadãos

expatriados). O Mundo Russo também pode ser composto por um grupo mais amplo de pessoas que são cultural e espiritualmente ligadas a Rússia, ou seja, aglutinando a histórica diáspora russa e a população de russos étnicos residente no Exterior Próximo à classe de indivíduos que, na história recente, não possuem um vínculo tão grande como o dos cidadãos das ex-repúblicas soviéticas (poloneses, finlandeses, alemães ou qualquer outro indivíduo de nacionalidade diferente que se identifique com os valores russos).

Em 2006, durante um discurso na Casa Derzhavin em São Petersburgo, Putin mencionou o Mundo Russo pela segunda vez, denotando o caráter central da língua russa. Segundo Putin: “o mundo russo pode e deve unir todos aqueles pelos quais a língua e a cultura russas são queridas, quer vivam na Rússia ou além de suas fronteiras.” No mesmo ano, foi estabelecido o “Programa de Assistência Estadual para Viagem Voluntária de Compatriotas para a Rússia”, com o intuito de trazer cidadãos expatriados e detentores de dupla nacionalidade de volta ao país. O programa, contudo, não obteve o êxito previsto de 450,000 repatriações, porém, com o estourar da Guerra Civil no Leste da Ucrânia, em 2014, quase um milhão de refugiados e migrantes oriundos deste país foram recebidos pela Rússia.

De 2006 em diante, os esforços para uma maior institucionalização do Mundo Russo foram vários: no dia 21 de junho de 2007, através de um decreto (*ukaz*) de Vladimir Putin, foi estabelecida a Fundação Mundo Russo (*fond ruskiy mir*), uma organização patrocinada pelo governo com o objetivo de promover a língua russa em todo o mundo e "formar o mundo russo como um projeto global". Em 2008, foi fundado o *The Institute of Democracy and Cooperation*, um *think tank*, em Paris, com o objetivo de

ser parte do debate sobre a relação entre a soberania do Estado e os direitos humanos; sobre as relações Leste-Oeste e o lugar da Rússia na Europa; sobre o papel das organizações não-governamentais na vida política; sobre a interpretação dos direitos humanos e a maneira como eles são aplicados em diferentes países; e sobre a maneira como a memória histórica é usada na política contemporânea. (NAROCHNITSKAYA, 2008)

Também no ano de 2008, foi fundada a *Rossotrudnichestvo*, uma agência autônoma do governo federal russo sob a jurisdição do Ministério de Relações Exteriores da Rússia responsável principalmente pela administração de ajuda humanitária e com o objetivo de manter a influência russa na Comunidade de Estados Independentes através da criação de uma atmosfera amigável.

Nota-se também que nesse período houve um crescente interesse do Kremlin no campo midiático. Este levou a Rússia a investir na criação de agências de notícias com o intuito de estabelecer um link entre o Kremlin e o resto do mundo. Desse modo, foram formados canais televisivos e agências de notícias estatais como a *Russia Today*, em 2005, e a *Russia Beyond the Headlines*, em 2007. O primeiro é uma rede de televisão em inglês financiada pelo Kremlin com o objetivo de focar em notícias internacionais através da perspectiva russa, operando em cinco línguas (inglês, árabe, espanhol, alemão e francês); enquanto o segundo é um projeto que funciona como um meio de promover notícias, informações e análises sobre cultura, política e desenvolvimento científico na Rússia. Ambos os meios de comunicação foram estabelecidos pela TV-Novosti, dissolvida em 2013 e incorporada a *Rossiya Sevodnya*, outra agência de notícias operada pelo governo russo.

Conclui-se que não faltaram esforços por parte do Kremlin em criar instituições e agências que atendessem os mais variados anseios e aspirações de projeção global da moderna Federação Russa: de investimentos econômicos e criação de organizações multilaterais até o estabelecimento de organizações não governamentais de cunho diplomático e agências de promoção cultural e linguística. Mas todas essas instrumentalizações que ocorreram na Rússia do século XXI representam apenas o lado normativo e pragmático do Mundo Russo. A engenharia política intensificada por Putin carecia urgentemente de uma ideologia, da criação de um conjunto de valores e princípios que servissem como um guia da “Rússia na véspera do milênio”.

1.2 Um mundo iliberal e conservador

Uma das características do Mundo Russo é o seu caráter amalgamador, tendo a capacidade de resgatar e ressignificar conceitos passados, tanto dos antigos discursos do Kremlin (“Compatriotas no Exterior” e “Exterior Próximo”), quanto históricos (como as ideias dos movimentos eslavófilo e eurasiático do século XIX). Assim, o Mundo Russo se torna uma amálgama de ideias e conceitos bastante conveniente na legitimação das ações políticas (externas e domésticas) do Kremlin e no processo de fomentação da dicotomia “nós e eles” em relação ao Ocidente.

A ressignificação da esfera de influência russa no tocante ao espaço soviético, desenvolvida pelo Kremlin nas últimas duas décadas, está alicerçada em dois aspectos principais de caráter geopolítico: o primeiro implica que a Rússia deve ser uma grande

potência forte e independente, um lugar para todas as forças "conservadoras" que se opõem às revoluções e às ideias liberais impostas ao mundo pelos Estados Unidos e pela Europa. O segundo aspecto alega a existência de um Mundo Russo que transcende as fronteiras estatais da Rússia, fundamentado numa civilização que difere da ocidental (ZEVEREV, 2016, p. 3).

Nessa nova cruzada ideológica empreendida pela Rússia contra o mundo ocidental de valores liberais, fez-se necessário o uso de uma nova fundação ideológica e simbólica. As ideologias marxista-leninista e comunista, por mais que ainda tivessem seguidores na Rússia, são majoritariamente tidas como algo que pertence ao passado do país. É nesse escopo que se torna imperativo salientar a posição central da Igreja Ortodoxa Russa no processo de ressignificação do Mundo Russo. Além de servir como base moral e cultural da Rússia e ser uma instituição que teve forte influência na sua formação ao longo de sua história², a esta instituição, o Patriarcado de Moscou, possui algo similar ao conceito de Mundo Russo: o seu caráter disperso e sua disseminação no espaço pós-soviético, reforçada pelo próprio título dado ao líder da igreja: "Patriarca de Moscou e Toda *Rus*", "*Rus*" aqui referindo-se ao espaço que compreende a antiga *Rus de Kiev*, onde o Patriarcado de Moscou reivindica jurisdição exclusiva sobre os cristãos ortodoxos que vivem nele (com exceção de Geórgia e Armênia, que possuem suas respectivas igrejas autocéfalas, e da Moldávia e Ucrânia, onde o Patriarcado de Moscou disputa o território canônico com jurisdições ortodoxas em dissidência, já canonizadas ou em processo de obtenção de autocefalia).

Apesar das estâncias conservadoras, as visões do Kremlin e da Igreja nem sempre convergiram de maneira sincronizada. Segundo Blakkisrud e Kolsto (2016, p. 105), logo após a dissolução da União Soviética, o Estado russo se inclinou a utilizar a instituição religiosa para legitimar sua política e fomentar uma maior unidade nacional. Porém, não deu passos significativos no sentido de satisfazer as necessidades desta, de modo que a mesma insistiu em ter sua própria agenda.

Até 2009, a Igreja Ortodoxa Russa nunca havia utilizado oficialmente o termo "Mundo Russo", sempre buscando denotar a diversidade civilizacional da Rússia e a importância do mundo multipolar. Contudo, no dia 3 de novembro de 2009, o patriarca Kirill começou a falar sobre o Mundo Russo, do ponto de vista eclesástico, durante a Terceira

² A influência da Igreja Ortodoxa Russa teve seu ápice durante os séculos XVIII e XIX, neste último esteve diretamente alinhada as ideias do movimento pan-eslavista, uma ideologia política que promovia a integridade e união dos povos de língua eslava. O Império Russo utilizou o pan-eslavismo como uma justificativa para seus movimentos agressivos nos Bálcãs contra o Império Otomano.

Assembléia do Mundo Russo, sugerindo a interpretação mais ampla possível de todos os conceitos levantados - a "Igreja Russa" (*russskaya tserkov*), a "cultura russa" (*russskaya kultura*), mesmo "a língua russa" (*russskiy yazyk*) (BLAKKISRUD E KOLSTO, 2016, pg. 111, tradução nossa). Pode-se sugerir que, desde então, os discursos do Kremlin e da Igreja passaram a convergir. Esta sincronização foi amplamente capitalizada pelo presidente Putin através da fomentação de sua imagem como uma pessoa devota à fé cristã e aos valores conservadores apregoados por ela.

A Igreja Ortodoxa Russa também passou a ganhar maior espaço na mídia nacional. A presença de clérigos e sacerdotes ortodoxos em programas dos mais variados temas se tornou algo relativamente recorrente. Um exemplo dessa maior participação da Igreja na vida pública se deu com o lançamento do “*Spas*” em 2005, um canal estatal na Rússia associado ao Patriarcado de Moscou e com a missão de formar uma filosofia moral e um sistema de coordenadas necessárias para o desenvolvimento efetivo do Estado, com base nos antigos valores ortodoxos. Em meados de 2015, foi fundado o Tsargrad TV pelo magnata russo Konstantin Malofeev, um canal russo-ortodoxo com intuito de ser um meio de comunicação que buscasse passar uma versão conservadora, porém num formato mais moderno, das notícias internacionais.

Outra característica bastante latente do Mundo Russo foi o seu caráter adverso à desobediência civil e aos protestos que tiveram início nas chamadas Revoluções Coloridas na primeira década do século XXI, em especial a Revolução Laranja na Ucrânia. Surgiu a percepção no Kremlin que tais revoluções são financiadas e organizadas pela CIA e que possuem como finalidade provocar mudanças de regimes através da criação de instabilidade política e social, com o objetivo final de desestabilizar a Rússia. Zevelev (2016, p. 7) afirma que os protestos em massa neste país, em 2012, e a Revolução Ucraniana de 2014 permitiram ao primeiro securitizar a questão da identidade; isto é, fazer dela uma das questões críticas para a sobrevivência da nação e do Estado russo.

1.3 Paralelos entre o Mundo Russo e a Eurásia

Ligado ao conceito de Mundo Russo, também está a concepção de “Eurásia”. De acordo com Vinokurov e Libman (2012), a concepção de Eurásia é bastante múltipla (geográfica, geopolítica, econômica e sociocultural) e está ancorada em três conceitos gerais:

a “Eurásia Pós-Soviética”, o “Eurasianismo” e a “Eurásia como um continente”. O primeiro conceito está ligado ao processo de criação de um espaço geográfico e cultural que vai além do mero compartilhamento de um passado soviético, ou seja, que possui uma visão do futuro, uma proposta de integração regional. Dessa maneira, o conceito de Eurásia pós-soviética é simplesmente um termo para designar uma região de Estados-nações que possuíam um desafio em comum: a gradual transição de um modelo de economia planificada para um de livre mercado e o desenvolvimento de instituições políticas através da integração regional.

Logo após a dissolução da União Soviética, a proposta da Comunidade dos Estados Independentes parecia encapsular o ideal Euroasiático como um projeto de integração pós-soviético, porém acabou se tornando uma organização disfuncional com a saída da Ucrânia e da Geórgia (que optaram por uma maior integração com a União Europeia). Tal rompimento motivou a Rússia a conceber instrumentos de integração regionais mais específicos: no ano 2000 foi estabelecida a Comunidade Econômica Eurasiática que resultou na criação da União Aduaneira da Eurásia e no Espaço Econômico Euroasiático. Em 10 de outubro de 2014, foi lançada a União Econômica Eurasiática, organização que compreendeu todos os tratados e uniões vigentes desde 2000.

O segundo conceito, ao contrário da concepção mais pragmática e normativa do primeiro, é exclusivamente ideológico. A narrativa da Eurásia como uma ideologia trata-se da tentativa de ressignificação das ideias do movimento eurasiano formuladas, por sua vez, por pensadores do movimento de emigrantes russos (*byeloemigranti*) no início do século XX. Segundo os eurasiáticos, a Eurásia se constitui como uma civilização distinta da "ocidental" europeia, mas também das culturas asiáticas. Embora esta última contradição não seja tipicamente apontada, a primeira constitui o principal elemento do Eurasianismo.

O terceiro conceito ressalta as interdependências e interconexões da Eurásia como um continente, denotando que a própria divisão entre Europa e Ásia em dois continentes é artificial. De fato, ambos continentes foram e são habitados por uma miríade de povos possuindo diferentes línguas e costumes que influenciaram uns aos outros. Durante boa parte da história da civilização não existiu uma coesão cultural que possibilitasse facilmente categorizar todos os povos que vivem na Eurásia entre meramente “Europeus” e “Asiáticos”, tal categorização se torna um atividade bastante reducionista.

Existiu, de fato, uma espécie de noção eurocêntrica através da percepção greco-romana e durante a Idade Média e a Idade Moderna na Europa (reforçada pela tradição judaico-cristã), mas os povos e civilizações que habitaram a Ásia (indo-arianos, túrquicos, mongólicos, urálicos e semitas) nunca estiveram cientes de uma “identidade asiática”. Outro aspecto do conceito continental da Eurásia é o fato de que, durante a história da civilização humana, existiu um intenso intercâmbio econômico e sociocultural entre os povos da Eurásia através de rotas de comércio e conquistas militares, possibilitando levar até a Europa peninsular artefatos e símbolos que hoje julgamos “europeus” ou “ocidentais”: dos instrumentos de corda à tradição judaico-cristã, das especiarias às armas. Desse modo, essa terceira noção da Eurásia, ao mesmo tempo que enfatiza as redes de conexões socioculturais e econômicas que existiram na grande massa eurásiana, entra em choque com a narrativa do Eurasianismo ideológico com sua tentativa de traçar uma linha imaginária entre o que é “europeu” e o que é “eurasiano”.

Segundo Laruelle (2015, p.18), as narrativas da Eurásia e do Mundo Russo estão em oposição em vários aspectos. Primeiro, elas não são da mesma natureza. Por mais que ambos acabem se tornando meios de Moscou propagar e manter sua influência nessa ampla região, o projeto do Mundo Russo é um repertório de *soft power* que visa atingir a sociedade civil e as estruturas estatais, enquanto os projetos eurásianos são uma realidade institucional, econômica e que afeta os padrões de desenvolvimento dos Estados membros. Outra diferença entre os dois é o fato de que o Mundo Russo está mais voltado à proteção da comunidade russa no Exterior Próximo e o rearranjo demográfico da fragmentada população de russos étnicos no espaço pós-soviético.

1.4 A realidade tácita e a questão da Ucrânia

De acordo com Zevelev (2016, p.12), apesar de todos os esforços e da ampla e crescente bibliografia relativa ao Mundo Russo, deve-se salientar que o conceito ganhou um caráter ambíguo. O autor afirma que não existem critérios claros ou historicamente consistentes para distinguir "nós" de "eles" na consciência coletiva dos russos. As fronteiras políticas, históricas, culturais e étnicas não denotam congruência e a definição dessas fronteiras está em constante movimento. Além disso, uma vez que a URSS se dissolveu, as ex-repúblicas iniciaram um intenso processo de construção de identidade nacional denominado *nation-building*, processo este que se deu de forma bastante heterogênea.

Dessa forma, a elasticidade e fluidez do conceito se torna uma faca de dois gumes que, ao mesmo tempo, favorece o discurso político e falha em estar coeso com a realidade tácita. Pode-se citar como um exemplo dessa contradição o rompimento da Moldova, Ucrânia e Geórgia com os projetos eurásianos. Isso se deve ao fato de que o processo de independência e construção de instituições nacionais se deu de forma diferente nas ex-repúblicas soviéticas. Nos variados processos de *nation-building* levados a cabo nessas ex-repúblicas, a Ucrânia é um caso que se destaca dos demais. O país, histórica e socialmente, possui enorme relevância para a Rússia, sendo habitado por milhões de russos e russófonos (concentrados nas províncias separatistas do leste) e possuindo uma capital que foi o centro cultural da Rússia antiga: Kiev. A Ucrânia, possuindo uma localização atípica na Europa, também sofreu grande influência de países como a Polônia e Áustria, o que contribuiu para a criação de expressivas diferenças socioculturais dentro do seu território. Mais tarde isso se tornou um fator agravante na crise que assola o país, com a existência de um oeste e de um centro de cunho centralizador e voltado para Europa e de um leste bastante interligado a Rússia.

Com base no que foi discutido, analisar a política externa russa, alinhada ao conceito de Mundo Russo, e os seus interesses naquela que seria a região mais complexa dentro do espaço pós-soviético, a Ucrânia, será o foco do presente trabalho nos seguintes capítulos. Esta análise será pautada na teoria do neo-realismo defensivo, derivada do realismo estrutural o qual foi postulado em *Theory of International Politics* (1979) de Kenneth Waltz, e do conceito de “imperialismo preclusivo” proposto por Hall Gardner (2015), em *Crimea, Global Rivalry and the Vengeance of History*. O neo-realismo defensivo postula que a natureza do sistema internacional é anárquica e que, diferente do realismo clássico e do neo-realismo ofensivo, o Estado busca empreender políticas defensivas e moderadas para manter sua posição no sistema internacional e garantir a sua segurança e sobrevivência, sem negar a existência de conflitos internacionais e sem deixar de praticar ações expansionistas esporádicas que, na visão do Estado, são justificáveis (WALTZ, 1979).

As ações do Kremlin alicerçadas nas ideias que buscam legitimar a proteção de russos no espaço pós-soviético (“Exterior Próximo”, “Compatriotas no Exterior” e “Mundo Russo”), nos últimos anos, vem convergindo com os postulados da teoria realista estrutural defensiva, uma vez que o Estado russo, através dessas narrativas, tem como prioridade a salvaguarda de seus interesses nacionais e a maximização da sua segurança, nem que para isso tome ações impopulares no sistema internacional. Nota-se também que a Rússia, ao que parece, não

possui interesses hegemônicos concretos, pois a hegemonia se traduz num enorme ônus econômico que a própria Federação Russa não possui condições de lidar.

Corroborando com o postulado neo-realista defensivo, o conceito de “imperialismo preclusivo” explica a necessidade de um determinado Estado executar ações internacionalmente ilegais, chegando a ferir a soberania de outro Estado, com o intuito de garantir a sua própria segurança diante de ações julgadas ameaçadoras. Dessa maneira, entende-se que as medidas unilaterais tomadas pelos EUA após a dissolução da União Soviética, traduzidas nas sucessivas intervenções das Guerras Iugoslavas e no subsequente alargamento da OTAN com o objetivo de conter a Rússia, resultaram no surgimento de uma política externa reativa por parte deste país durante a era Putin.

A dinâmica desta política externa é delineada pela ideia de que a Rússia é um Estado independente e soberano ameaçado pelo “Ocidente”, e que a mesma não hesitará em tomar decisões que são tidas como impopulares internacionalmente para defender sua soberania, seus interesses nacionais e sua esfera de influência. A recente história ensina que essa abordagem foi efetiva em alguns casos, leia-se a anexação da Criméia em 2014, e falhou em outros, a exemplo do realinhamento da Ucrânia e da Geórgia em direção à União Europeia e à OTAN.

2. O MUNDO RUSSO NO CONTEXTO DA ESTRUTURA

2.1. Do quase colapso ao renascimento de uma potência: o reconcerto geopolítico da Rússia no século XXI através da perspectiva estrutural

No processo de entendimento da política externa russa nos anos recentes, é imperativo que se entenda o conceito de “balança de poder” (*balance of power*), o qual defende o postulado de que em uma estrutura anárquica é ideal que o poder esteja distribuído de forma a evitar que apenas um Estado seja suficientemente poderoso para dominar todos os outros. A balança do poder está relacionada à teoria do “dilema de segurança”, de John Herz, e a teoria estrutural do neo-realismo defensivo. O dilema de segurança refere-se a uma situação em que, sob anarquia internacional, as ações de um Estado destinam-se a maximizar sua segurança (força militar), levando outros Estados a responderem com medidas semelhantes, aumentando, assim, a possibilidade de conflito.

A teoria neo-realista defensiva concorda com a teoria neo-realista ofensiva (a outra variante do realismo estrutural) no tocante aos principais postulados neo-realistas: a existência de um sistema internacional anárquico composto por unidades racionais (Estados) inseridas em uma estrutura na qual prever as ações de outros Estados não é possível (dilema de segurança). Os neo-realistas defensivos, porém, divergem dos ofensivos no que tange a maneira que se dá o processo de maximização de segurança com o objetivo final de sobreviver no sistema anárquico, postulando que os Estados buscam preservar suas respectivas posições no sistema internacional e manter o equilíbrio de poder, evitando ações ofensivas desnecessárias que perturbem o sistema internacional.

O neo-realismo defensivo enfatiza a estrutura e o papel dos “modificadores estruturais” nas relações internacionais e no processo de tomada de decisões (*decision-making*). Esses modificadores são variados, indo desde a geografia até as crenças e as percepções dos líderes e das elites no poder, e acabam sendo a força motriz que rege as relações internacionais (TALIAFERRO, 2000). A variante defensiva do neo-realismo afirma que Estados são atores inseguros e que essa insegurança se configura na mesma proporção do grau de sua liberdade. Desse modo, se a liberdade é almejada, a insegurança deve ser aceita (WALTZ, 1979).

Tendo esses conceitos em mente, cabe aqui fazer a conexão entre seus postulados e a política externa russa nos últimos anos, quando se desenvolveu um projeto de estabelecer um espaço sociocultural transfronteiriço entendido como esfera de influência da Rússia: o Mundo Russo. Inicia-se esse exercício com a indagação: por que as práticas da política externa russa, nos últimos anos, podem ser entendidas através da teoria neo-realista defensiva? A formulação de uma resposta adequada a esta pergunta requer analisar alguns eventos-chaves do período pós-Guerra Fria e do século XXI, uma vez que eles se configuram em importantes “modificadores estruturais” na mudança de paradigma da política externa russa.

A dissolução da União Soviética, efetivada no dia 26 de dezembro de 1991, possibilitou aos EUA se tornarem a única superpotência no sistema internacional. Alguns autores chamam esse período, que se estendeu do início dos anos 90 até o começo dos anos 2000, de o “momento unipolar”, marcado pela incontestável hegemonia americana. Os EUA iniciavam a última década do século XX com grande ímpeto, economicamente fortalecidos através das reformas econômicas de cunho neoliberal promovidas por Ronald Reagan ao longo dos anos 80, conhecidas por *tickle-down economics* (redução de gasto governamental e uma série de corte de impostos), as quais permitiram a pavimentação do caminho para o progresso das empresas de tecnologia americanas nos anos 90, a liberalização de mercado e uma elevação do crescimento da produtividade.

Esse momento de pujança econômica permitiu que os EUA ditassem as regras do sistema econômico internacional através do Consenso de Washington. No campo militar, a hegemonia americana também foi evidenciada através do sucesso na Primeira Guerra do Golfo, onde foram utilizadas armas inovadoras e equipamentos tecnológicos de ponta (a exemplo das *smart bombs*). Apesar do debate acerca do mérito de Reagan e de um breve tropeço econômico na administração de George W. Bush (1991-1994), não restavam dúvidas de que os EUA eram a grande força hegemônica nessa nova ordem mundial.

Do outro lado do Atlântico, um cenário totalmente oposto se desdobrava. Em 1991, foi estabelecida a Federação Russa que, assim como várias outras repúblicas que antes integravam a União Soviética, deparou-se com o desafio de transformar um regime fechado de economia planificada em uma democracia operando através de uma economia de mercado. O processo de reformas radicais fundamentadas na “terapia de choque” levado a cabo pelo então presidente Boris Yeltsin acabou culminando num surto inflacionário que iria perdurar ao longo da década de 90. Para piorar a situação, a onda de privatizações das empresas

estatais transferiu grande parte da riqueza do governo para uma pequena elite: os oligarcas. Os anos 90 acabaram se tornando um período de vertiginoso declínio na Rússia. O esfacelamento econômico, que perdurava desde a fase final da União Soviética, deixou as forças armadas russas numa condição de sistêmica degradação, o país foi tomado por tensões políticas que chegaram a beirar um conflito civil (Crise Constitucional da Rússia de 1993), as taxas de mortalidade elevaram vertiginosamente e houve um aumento exponencial da pobreza, da desigualdade e da criminalidade. O quadro instaurado suscitava a possibilidade de um segundo colapso: o da própria Federação Russa em repúblicas menores.

Essa fase de convulsão política e social teve um relativo abrandamento em 1999, logo após a crise financeira de 1998, quando o então presidente Boris Yeltsin decidiu renunciar, dando seu cargo ao desconhecido Vladimir Putin, um oficial do serviço secreto russo e ex-espião da KGB. A chegada de Putin ao poder coincidiu com uma inédita elevação do preço das *commodities* no mercado internacional e, como resultado, a Rússia viu o seu PIB nominal crescer no decorrer da primeira década do século XXI, pondo um fim a fase de convulsão social dos anos 90.

Uma das primeiras ações de Putin como presidente foi encerrar o conflito com a Chechênia. Os seguintes anos contariam com uma gradual mudança de paradigma das políticas externa e doméstica do país. Analistas denotam dois aspectos acerca da chegada de Putin ao poder e da mudança das diretrizes da política externa da Federação Russa: 1) A Rússia precisaria evitar o colapso de suas estruturas e 2) A Rússia precisaria ressurgir na arena internacional como um ator chave e soberano. A paulatina reestruturação da política russa por Putin pôs um fim ao experimento liberal de Yeltsin. A Rússia da virada do milênio se tornaria mais engajada em assuntos globais e mais assertiva em assuntos que envolvessem seus interesses nacionais. O processo também foi marcado por uma gradual erosão da democracia e crescente repressão das liberdades civis na esfera doméstica.

Entende-se que em um sistema de autoajuda, aqueles Estados que não se “autoajudam”, ou que o fazem com menos eficácia do que os outros, deixarão de prosperar e ficarão expostos a perigos (WALTZ, 1979, p.118, tradução nossa). Essa é a dinâmica por trás da mudança de paradigma da política externa russa iniciada durante o primeiro mandato de Putin. Os modificadores estruturais, naquele momento, direcionaram a Rússia, na condição de Estado naturalmente inseguro, a buscar o equilíbrio de poder nas relações internacionais.

Estados buscam o equilíbrio da balança de poder através de alianças com Estados mais fortes (processo conhecido como *band wagoning*) ou através da formação de coalizões. Argumenta-se que a possibilidade da criação de um sistema de cooperação entre a OTAN e a Rússia através da plataforma “Parceria pela Paz” (*Partnership for Peace*) foi repelida pelo paulatino alargamento da OTAN na Europa Oriental e em regiões estratégicas do espaço pós-soviético. Analistas afirmam que a prioridade do governo Clinton deveria ter sido o estabelecimento de um sistema de segurança não ameaçador que obteria total cooperação e confiança russa, diminuindo a possibilidade de uma futura reação desta nação (GARDNER, 2015, p.5). Contudo, as chances de criação de uma nova arquitetura de segurança euro-atlântica, que compreendesse os países ocidentais e a Rússia, foram rejeitadas por Washington. Após a Guerra da Bósnia, Clinton concentrou sua atenção no alargamento da OTAN como a única solução na construção de uma arquitetura de segurança na Europa.

A ação de Washington teve uma reação. Um sentimento de revanchismo foi se desenvolvendo, ao longo dos anos, em Moscou. Esta reação pode ser dividida em dois amplos períodos: o primeiro, tendo início em 1999 até 2010, e um seguinte, que se inicia com o segundo mandato de Putin em 2012 até a sua re-eleição no começo de 2018. Será analisado esses dois momentos através da ótica estrutural, enfatizando os modificadores estruturais e explicando porque as ações da Rússia podem ser mais bem compreendidas sob a ótica do neo-realismo defensivo.

2.2 O primeiro período de reatividade: a Guerra do Kosovo e o alargamento da OTAN

Segundo Gardner (2015, p. 62), a Cúpula da OTAN em Bucareste, no ano de 2008, marcou o início de um período de desavenças entre a OTAN e a Rússia. Pela primeira vez, Putin criticou o alargamento da OTAN com maior veemência e contestou abertamente a soberania da Ucrânia ao afirmar que o Estado era “uma criação artificial”. Para entender o rechaço de Putin, é preciso levar em consideração o que ocorreu entre o 1999 e 2008 e como alguns modificadores estruturais influenciaram o novo curso da política externa russa. Destaca-se aqui quatro eventos que possuem grande impacto na mudança de paradigma da política externa russa: a Intervenção da OTAN nas Guerras Iugoslavas de 1999, a Invasão Americana no Iraque de 2003, a terceira fase de Alargamento da OTAN em 2004 e as chamadas Revoluções Coloridas em algumas ex-repúblicas soviéticas.

As relações russo-americanas até 1999 pareciam ser de uma positiva revitalização depois do longo período de bipolaridade. A Rússia se comprometeu com os ditames do Consenso de Washington, em 1989, e empregou uma série de reformas econômicas e políticas que, eventualmente, foram bastante nocivas ao país e a sua população acostumada com o sistema de bem-estar social soviético. A intervenção da OTAN na guerra do Kosovo, através de bombardeios aéreos, tornou-se uma das primeiras desavenças entre Washington e Moscou; o episódio representou a unipolaridade do período e denotou o sentimento de excepcionalidade americano, porém, na Rússia, ao mesmo tempo que a medida foi condenada, foi também capitalizada para legitimar os bombardeios russos na Chechênia.

Nos anos que seguiram a Guerra do Kosovo, dois eventos iriam ter um grande peso nas relações russo-americanas: a invasão americana do Iraque em 2003 e o início do processo de adesão dos países bálticos à OTAN. Quando os Estados Unidos, unilateralmente, invadem o Iraque como parte da Guerra ao Terror iniciada por Bush após os atentados terroristas do 11 de setembro de 2001, o Kremlin, surpreendentemente, iria apoiar a tentativa geral de conter o terrorismo global. Gardner (2015) afirma que esse apoio parcial está ligado aos interesses russos traduzidos na busca pela estabilidade através da Guerra do Afeganistão. Em 2002, durante a Cúpula da OTAN em Istambul, iniciou-se os processos de adesão da Estônia, da Letônia e da Lituânia a OTAN, sendo a primeira vez que ex-repúblicas soviéticas adentrariam ao projeto atlantista. O episódio encontrou forte oposição na Rússia, pois a possibilidade de ter tropas à apenas 150 quilômetros de São Petersburgo foi interpretado como uma medida contraprodutiva.

A perspectiva de que as forças ocidentais, através da OTAN, estavam projetando seu poder no espaço pós-soviético começou a ser percebida como uma ameaça à soberania da Rússia. Essa noção foi corroborada pela erupção de uma série de movimentos de desobediência civil em países do espaço pós-soviético, dentre eles a Revolução Rosa na Geórgia, a Revolução Laranja na Ucrânia e a Revolução das Tulipas no Quirguistão. Na percepção de Moscou, essas revoltas, que visavam uma mudança de paradigma na política desses países, eram apoiadas por Washington, tendo o objetivo final de diminuir a influência russa na região.

Durante os seguintes anos, o escalar de tensões entre Rússia e Geórgia iriam culminar no primeiro conflito armado interestatal no espaço soviético: a Guerra Russo-Georgiana. O conflito pode ser entendido como a primeira grande reação à expansão das forças euro-

atlantistas no Leste Europeu e no espaço soviético, assim como um meio de frear a influência ocidental. A invasão de tropas russas no território georgiano foi justificada pela necessidade de proteção de duas autoproclamadas repúblicas dentro da Geórgia, a Abecásia e a Ossétia do Sul, e vista como uma medida *tit-for-tat*³ no tocante ao reconhecimento da independência de Kosovo pelos EUA

Waltz (1979, p. 118) afirma que Estados buscam o equilíbrio de poder através dos meios que possuem. Estes se dividem em duas categorias: esforços internos (movimentos para aumentar a capacidade econômica, para aumentar a força militar, para desenvolver estratégias inteligentes) e esforços externos (movimentos para fortalecer e ampliar a própria aliança ou para enfraquecer e encolher uma aliança). A Rússia se utilizou de ambos os meios. Através da intervenção militar na Geórgia, provocou desestabilização no país, impedindo a intensificação do processo de realinhamento com as forças atlantistas (almejado pela elite política georgiana), através da criação de conflitos territoriais internos sem a perspectiva de resolução (esses conflitos, frequentes no espaço pós-soviético, são caracterizados como conflitos congelados e possuem a finalidade de enfraquecer o país e evitar a sua adesão a blocos rivais). Também, no mesmo período, ocorreram reformas militares estruturais das forças armadas russas e a efetivação de um crescente engajamento russo no espaço pós-soviético através da criação de instituições e agências que visassem garantir os direitos de russos étnicos nos países vizinhos e promover o *soft power* russo.

2.3. O segundo período de reatividade: a Ucrânia e a Criméia no contexto da balança de poder

O segundo período de reatividade russa compreende-se entre 2009 e 2018. Este foi marcado por uma maior deterioração das relações entre a Rússia e o Ocidente. Ao fazer uma análise desse período, traz-se à tona a noção de “imperialismo preclusivo” (GARDNER, 2015, pg. 10), referindo-se a um comportamento ofensivo por parte de um Estado que, com a finalidade de maximizar sua segurança, desrespeita as leis do direito internacional e viola a soberania de outro Estado que julga ameaçador. O comportamento imperialista nesse caso é pontual e isolado, dentro de uma estratégia mais ampla que visa à segurança do Estado ameaçado.

³ Termo em inglês que significa "retaliação equivalente", estratégia utilizada na teoria dos jogos.

Entende-se que as ações de Moscou nos espaços pós-soviéticos nos recentes anos (sobretudo na Ucrânia), podem ser categorizadas como imperialistas de cunho preclusivo. Gardner (2015) afirma que a implantação de mísseis e tropas pela OTAN em países do Leste Europeu e o surgimento de um processo de maior integração entre a União Europeia e a Ucrânia a partir de 2010, mais tarde se configurando num Acordo de Associação, pavimentaram o caminho para uma reação mais assertiva da Rússia, encontrando sua *ultima ratio* na destituição do líder ucraniano pró-russo Viktor Yanukovich através do Euromaidan 2014. Esse evento foi seguido por uma intervenção militar direta da Rússia na Ucrânia traduzida na furtiva anexação da Criméia em março de 2014 e no apoio indireto às forças paramilitares separatistas do leste ucraniano.

Pode-se indagar se as ações da Rússia são realmente de cunho ofensivo ou uma reação, de cunho defensivo, aos modificadores estruturais do sistema internacional anárquico naquele devido momento. Uma intervenção militar em um país soberano no continente europeu em pleno século XXI, a princípio, denota uma característica ofensiva e perturba a sistema internacional. Mesmo não sendo um caso inédito (a exemplo da invasão das tropas russas no território da Geórgia em 2008) o episódio da Ucrânia foi consideravelmente mais reverberatório. Não obstante, assim como foi feito no tópico anterior, faz-se necessário analisar a estrutura e os seus modificadores no respectivo contexto e entender como eles se relacionam com a linha de pensamento que prepondera no Kremlin.

A primeira década do século XXI apresentou uma série de desafios geopolíticos para uma Rússia com crescente ímpeto de engajar-se mais numa região que via como sua esfera de influência histórica. Pela primeira vez, não somente uma, mas três ex-repúblicas soviéticas com uma expressiva minoria russa adentrariam a OTAN (Estônia, Letônia e Lituânia). O evento foi seguido por uma série de protestos, apelidados de Revoluções Coloridas, em várias ex-repúblicas soviéticas, abrindo o caminho para que outros países que pertenciam ao bloco soviético iniciassem um processo de realinhamento geopolítico em direção às forças euro-atlantistas. Como resultados desses desdobramentos, Moscou, através de uma medida *tit-for-tat* de reconhecimento de Kosovo, reconhece também os territórios da Abecásia e Ossétia do Sul e intervém militarmente pela primeira vez em um país soberano do espaço soviético, meses após Putin confirmar a existência de um Mundo Russo durante um discurso oficial. A década acabaria com a implantação dos mísseis americanos *Patriot* na Polônia em 2010, medida que a Rússia considerou prejudicial a “confiança e previsibilidade” regional.

Na seguinte década, o elemento central na movimentação das placas tectônicas da estrutura geopolítica no continente Europeu seria a Ucrânia, considerada como um parceiro político importante, porém difícil, tanto da União Europeia quanto da Rússia. A partir de 2008, um processo de maior alinhamento entre a União Europeia e a Ucrânia ganha vigor através de iniciativas como a Associação Oriental (*Eastern Partnership*), um fórum visando promover relações políticas e econômicas entre a União Europeia e as ex-repúblicas soviéticas de importância estratégica, como parte da Política Europeia de Vizinhança (*European Neighbourhood Policy*). Essa iniciativa, mais tarde, culminaria no surgimento de um Acordo de Associação entre a União Europeia e a Ucrânia, assim como na inclusão do país europeu oriental à DCFTA (*Deep and Comprehensive Free Trade Areas*).

A mudança de regime promovida pela Revolução Laranja de 2004 na Ucrânia resultou na eleição do candidato pró-ocidente Viktor Yushchenko, em meados de 2005, e significou o rompimento do país com os processos de integração eurasiático (que mais tarde iriam se traduzir na União Econômica Eurasiática); tudo isso em prol do Plano de Ações com a União Europeia e da elevação da Ucrânia à condição de Diálogo Intensificado (*Intensified Dialogue*) nas negociações da OTAN. Não bastasse o claro redirecionamento do mais estratégico aliado de Moscou, em meados de 2007, Yushchenko afirmou que não pretendia renovar o arrendamento da frota naval russa do Mar Negro e que a frota deveria retirar-se de Sebastopol até 29 de maio de 2017.

A possibilidade de perder as instalações navais da Frota do Mar Negro significaria perder um ativo de grande importância estratégica e uma considerável diminuição do poderio militar russo nessa região marítima. Waltz (1979, p. 110) afirma que para uma unidade alcançar seus objetivos e manter sua segurança, deve confiar nos meios que pode gerar e nos arranjos que pode fazer por si mesma num determinado momento. Dessa forma, autoajuda é necessariamente o princípio da ação em uma ordem anárquica. Os meios de autoajuda que a Rússia encontrou inicialmente foram a pressão através da parada de fornecimento de gás natural aos países europeus e a Ucrânia e do aumento do preço do gás natural russo entre 2006 e 2009, uma medida que acabou sendo bastante nociva para a economia ucraniana e para os países da União Europeia.

Como resultado das pressões russas através de suas políticas energéticas (determinantes na erupção da crise financeira ucraniana de 2009), o momento de intensificação do processo de aproximação entre a Ucrânia e a União Europeia teve um

relativo esfriamento com a eleição do candidato pró-russo Viktor Yanukovich em 2010. As disputas acerca do preço do gás entre os dois países chegaram a um desfecho com assinatura do Pacto de Kharkov, um acordo que garantia que o arrendamento das instalações navais russas na Criméia seria estendido para além de 2017 em troca de um desconto no fornecimento de gás natural russo à Ucrânia. Durante seu mandato, Yanukovich ressaltou a necessidade da Ucrânia permanecer um Estado neutro, parte de um sistema de defesa coletiva com a participação da OTAN, União Europeia e Rússia e afirmou ser contra o ingresso do país na OTAN (ALEXE, 2010). Nesse curto espaço de tempo, houve uma significativa erosão da democracia na Ucrânia, fato que foi corroborado pela prisão da líder de oposição Yulia Tymochenko e pelo crescimento da censura.

Ainda que Yanukovich tivesse prometido adotar uma série de medidas para a continuação do processo de integração com a Europa e a subsequente assinatura de um Acordo da Associação iniciado em 2012, o oposto aconteceu. Em novembro de 2013, na Cúpula de Vilnius, Yanukovich, sob forte pressão da Rússia, decidiu suspender a assinatura do acordo. Aqui, o meio que a Rússia encontrou para evitar que a Ucrânia não optasse pelo acordo foi o econômico: a Rússia persuadiu a Ucrânia a optar pelo acordo com o bloco eurasiático ao oferecer um pacote de 15 bilhões de dólares em empréstimo, assim como preços mais baixos de gás natural.

A suspensão acabou causando uma série de protestos em Kiev e em toda a Ucrânia, resultando na fuga e eventual destituição de Viktor Yanukovich em fevereiro de 2014. Esses eventos que ficaram conhecidos pelo nome Euromaidan, culminaram numa longa crise que mais tarde seria chamada de Revolução Ucraniana de 2014. Sem meios internos em disposição, a resposta russa dessa vez seria inédita e drástica. Tropas russas sem insígnia militar anexariam a península da Crimeia após um referendo internacionalmente condenado. No leste da Ucrânia, região extensivamente habitada por russos étnicos, uma série de insurreições estouraram visando o rompimento de Kiev e o estabelecimento das autoproclamadas Repúblicas Populares de Donetsk e Lugansk (esses processos de irredentismo foram incentivados pela narrativa do Mundo Russo, buscando legitimar a proteção dos russos étnicos no espaço pós-soviético). Com todos esses eventos inéditos, devemos questionar: diante de ações tão ousadas e ofensivas, ferindo não somente a soberania da Ucrânia, mas também todo o sistema legal internacional, por que as ações da Rússia são consideradas de cunho defensivo?

Como afirmado no início do presente capítulo, o objetivo final de um Estado é a sua sobrevivência, que, de acordo com o neo-realismo defensivo, é garantida através da maximização da segurança ao invés da incessante busca pela hegemonia. Não faltam evidências de que as ações do Kremlin, apesar de ofensivas, reconheceram uma linha vermelha no cenário de crise instalado. Esse limite é corroborado pelo comedimento de Moscou em reconhecer os territórios separatistas no leste da Ucrânia. Dificilmente ações que buscam dominação levam em conta os constrangimentos presentes no sistema internacional anárquico. O argumento da necessidade de proteger uma região habitada por russos, utilizado na anexação da Crimeia, não foi aplicado no caso do leste da Ucrânia. Na visão estrutural do Kremlin, não seria razoável arriscar pôr em prática mais atos que perturbassem a estrutura e gerassem mais reatividade do Ocidente através de sanções econômicas.

O realismo defensivo não nega a existência de conflitos interestatais, nem de movimentos expansionistas, afirmando que esses eventos são esporádicos e não endêmicos. Visando manter o *status quo* e a sua segurança maximizada, um Estado pode ser obrigado a se tornar o agressor para evitar uma agressão posterior contra ele próprio. Aqui essa percepção se torna perfeitamente aplicável a audaciosa anexação da Crimeia por Moscou, além de estar em linha com conceitos chave do realismo estrutural como o dilema de segurança e a balança de poder. A possibilidade da península da Crimeia, na condição de um território de grande capital estratégico (além do cunho afetivo e histórico), cair em mãos inimigas e ser utilizada para hospedar bases militares hostis a Rússia, se configuraria num risco muito grande, o que fez com que o Kremlin acabasse optando por uma arriscada e pontual perturbação da estrutura, visando manter a maximização de sua segurança.

3. O MUNDO RUSSO NO CONTEXTO DA UCRÂNIA

O presente trabalho tem como ponto central de análise a narrativa do Mundo Russo no contexto da Ucrânia e, no presente capítulo, responder à questão: por que a Ucrânia é relevante? Para isso, torna-se necessário um exercício de análise da historiografia da região, das suas singularidades e da miríade de interesses dos vários atores políticos em questão, porém sempre se busca cumprir com o objetivo geral de focar na política externa russa fundamentada na narrativa do Mundo Russo.

A “fronteira” é como a maioria dos linguistas entendem, etimologicamente, o significado da palavra “Ucrânia”. A origem do nome se relaciona às terras ao leste das regiões históricas da Galícia-Volínia e Podólia, na Comunidade Polaco-Lituana, que serviam como uma fronteira ao mundo nômade dos tártaros no sul. O significado da palavra indica uma realidade histórica e geográfica muito peculiar, tratando-se de uma região que sofreu uma série de recortes geográficos e foi influenciada por diferentes atores históricos ao longo dos séculos. Entender a Ucrânia, no âmbito dos espaços europeu e eurasiático, torna-se um exercício imprescindível na ampla análise do Mundo Russo, objeto central de estudo do presente trabalho.

A Ucrânia contemporânea nasce como Estado-nação no dia 24 de agosto de 1991, através do Ato de Declaração de Independência da Ucrânia adotado pelo parlamento do país (*verkhovna rada*). Não obstante, a nação ucraniana (leia-se a comunidade de pessoas que partilham uma língua e uma história comum) pode traçar sua origem por volta dos séculos XVI e XVII com o surgimento do Hetmanato Cossaco⁴, uma entidade política que se emancipa do domínio polaco-lituano em 1649 através da Rebelião de Khmelnytsky. Esse proto-estado ucraniano, ainda que em aberto conflito com a Comunidade Polaco-Lituana e o Império Otomano, desfrutaria de uma relativa independência política até 1954, quando foi assinado o Tratado de Pereslávia, passando a ser um Estado-satélite do Czarado da Rússia, retendo relativa autonomia em troca de auxílio militar. Durante boa parte do século XVII, a Ucrânia estaria no cerne das Guerras Russo-Polonesas que teriam um desfecho no fim do século através dos Tratados de Andrúsovo (1654) e da Paz Eterna (1686).

⁴ Uma espécie de republica militar administrada por cossacos. Seu nome deriva da palavra “Hetman”, um título militar de alta patente, comum no Leste Europeu.

Durante o século XVIII, o Hetmanato Cossaco perderia sua autonomia durante o reino de Catarina II da Rússia e, eventualmente, seria dissolvido, dando lugar ao Governorado da Pequena Rússia (*Malorossiya*). Após as Partições da Polônia no fim deste século, o oeste da Ucrânia cairia sob o controle do Império Austríaco, com o resto se tornando parte do Império Russo. Por incrível que pareça, foi durante esse período que surgiu uma maior autoconsciência nacional e o significado do termo Ucrânia passou a não ser percebido apenas como um nome geográfico, mas também como um nome étnico (MAGOCSI, 1996).

1 - Mapa da República das Duas Nações, também conhecida por Comunidade Polaco-Lituana, e do Hetmanato Cossaco em meados dos séculos XVII e XVIII no território correspondente a Ucrânia contemporânea.

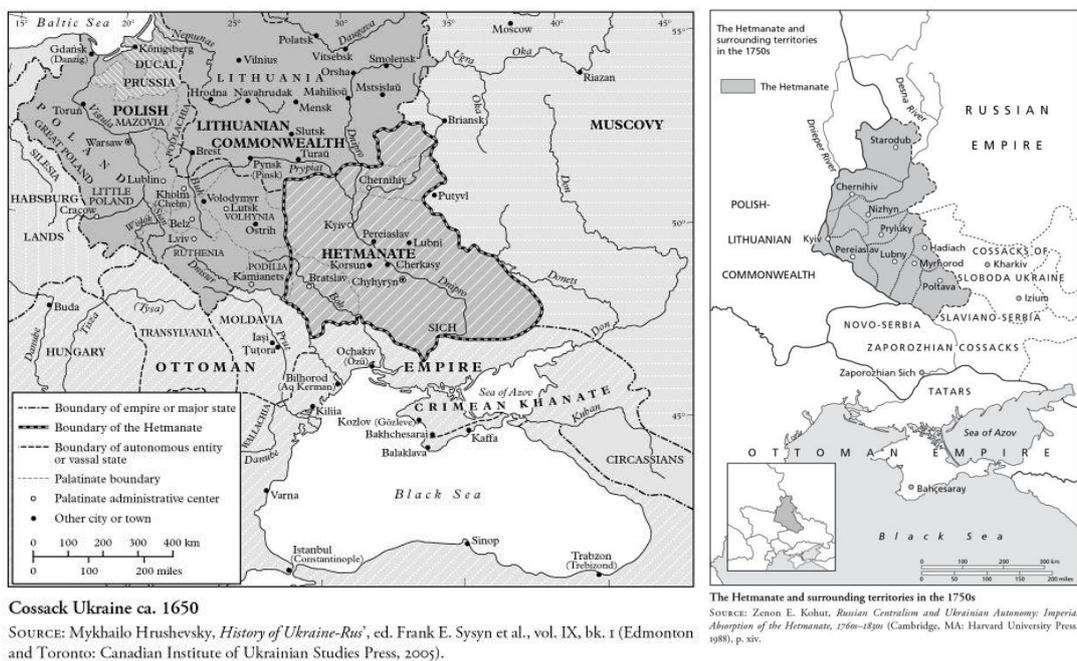


Figura 1 - Comunidade Polaco-Lituana em cinza escuro, o autoproclamado Hetmanato Cossaco em listras e o Czarado da Rússia em cinza claro. Fonte: HRUSHEVSKY, 2005.

A análise histórica da região entre Moscou e Varsóvia, compreendendo a Ucrânia e Belarus, torna-se um exercício muito mais claro quando se percebe que todas as partes interessadas possuem suas próprias interpretações da história, suas próprias reivindicações e suas próprias nomenclaturas, sempre utilizadas para legitimar os interesses e ações dos atores envolvidos. Alguns nacionalistas poloneses afirmam que a cidade de Lviv, conquistada pelo Reino da Polônia em 1340, é um centro histórico da cultura e ciência da Polônia, dessa forma pertencendo “culturalmente” a esta. A mesma retórica se repete no tocante às regiões históricas da Bucóvina e Bessarábia. Por outro lado, nacionalistas russos afirmam que as províncias do Leste, onde existe uma minoria expressiva de russos étnicos,

são terras russas pertencentes à Nova Rússia (*Novorossiya*). No entanto, poloneses e romenos, ao contrário dos russos, não constituem uma minoria expressiva da população.

É crucial, no presente exercício, levar em consideração o caráter múltiplo dos interesses do Kremlin na Ucrânia. Apesar de esses interesses estarem muitas vezes interligados, eles podem ser divididos em três elementos principais: o estratégico, o econômico e o sociocultural (demográfico). É com base nesses elementos que se traça o panorama do exercício de interpretação dos interesses do Kremlin, através da narrativa do Mundo Russo, na Ucrânia.

3.1. O elemento estratégico: a Ucrânia como Estado-tampão

O primeiro elemento dos interesses russos na Ucrânia é o de cunho geoestratégico. Este talvez seja o mais relevante no presente exercício, pois está diretamente relacionado à corrente teórica na qual este trabalho se fundamenta: a variante defensiva do neo-realismo estrutural. Se analisarmos a localização da Ucrânia na Europa, é possível ver uma série de particularidades: uma costa com o Mar Negro ao sul, uma fronteira com quatro países da Europa Central pertencentes à União Europeia ao oeste, uma fronteira com um país tradicionalmente aliado a Moscou e tido como a “última ditadura da Europa” (Belarus) ao norte, e uma considerável fronteira com a Federação Russa ao leste.

A Ucrânia, segundo Stephen Walt, desempenha um papel de “estado-tampão” (*buffer-state*), situado entre duas grandes potências ou blocos político-militares rivais com a função de impedir um conflito armado entre eles. Tradicionalmente, um Estado-tampão, ao contrário de um Estado-satélite, tende a ser neutro, um posicionamento que é bastante favorável para as partes rivais envolvidas, que buscam a maximização ou manutenção de suas seguranças. Contudo, a história ensina que Estados-tampão são mais propensos a serem conquistados (à exemplo da invasão alemã à Polônia e da invasão soviética a Finlândia no contexto da Segunda Guerra Mundial). Isso se deve ao fato de que as potências que os cercam, grandes ou regionais, enfrentam o imperativo estratégico de conquistar esse território diante da ameaça de que seu oponente o tome em seu lugar (FAZAL, 2004).

Quando se analisa a história da Rússia, vê-se que sempre houve um favorecimento da maximização de suas capacidades defensivas em consonância com sua geografia. Isso pode ser corroborado pela expansão Moscovita ao leste através da conquista da Sibéria, pelo sucessivo emprego da tática de terra arrasada ao longo de sua história e pela invasão da

Finlândia durante a Guerra de Inverno, em 1939. Esses exemplos denotam que, na percepção russa, quanto mais espaço, maior capacidade de recuo e contra-ataque num caso de ofensiva de forças hostis.

Segundo Zbigniew Brzezinski (1997), a grande massa terrestre eurasiática funciona como uma espécie de “tabuleiro de xadrez” e a Ucrânia é um espaço de importância ímpar dentro desse contexto, especialmente para Rússia. Brzezinski categoriza a Ucrânia como um pivô geopolítico devido a sua localização na Europa, funcionando como uma zona de amortecimento e um corredor natural para Rússia. Pode-se até mesmo afirmar que sem a Ucrânia, a Rússia é incapaz de tornar-se uma grande potência eurasiática, sendo de interesse russo uma Ucrânia aliada ou neutra. Essa percepção possui uma relação direta com a “Teoria do Coração da Terra” (*Heartland Theory*) postulada pelo geógrafo britânico Halford John Mackinder, no seu artigo *The Geographical Pivot of History*. Segundo Mackinder (1904, P. 429), a Eurásia constitui-se como a região mais afluente da terra, compreendendo grandes florestas, planícies, estepes, campos férteis e grandes reservas petrolíferas. Dessa forma, as disputas pelo controle do *Heartland* estariam no centro da geopolítica global.

2 - Território da Ucrânia Contemporânea



Figura 2 - Conflito Russo-Ucraniano: em cinza claro, os territórios da histórica Nova Rússia; em cinza, territórios da região de Donbas controlados por separatistas apoiados pela Rússia e, em cinza escuro, a península da Crimeia controlada pelo Kremlin. Fonte: KUBIJOVYC, HUSAR STRUK, 1993.

Se for analisada a Ucrânia pós-soviética, verifica-se uma oscilação na sua política externa: desde sua independência, em 1991, até a eleição de Viktor Yushchenko, em 2004 (através da Revolução Laranja), a Ucrânia agia através de uma política externa neutra. A chegada de Yushchenko marcou o início da transição de uma abordagem neutra para uma pró-

ocidente através da abertura de canais que fomentassem uma maior integração econômica e política entre a Ucrânia e os projetos euro-atlantistas (União Europeia e OTAN). Esse período seria interrompido com a chegada de Viktor Yanukovich (considerado pró-russo) ao poder, em 2010, que, diante das crescentes pressões políticas e econômicas por parte da Rússia, direcionou a política externa ucraniana de volta a uma abordagem neutralista. Um rompimento mais radical, no entanto, aconteceria com erupção do Euromaidan e a Crise da Ucrânia de 2014, como consequência da suspensão da assinatura do Acordo de Associação com União Europeia por parte de Yanukovich.

Os meios que a Rússia utilizava para manter a Ucrânia em sua esfera, ou ao menos como uma zona de amortecimento neutra, mostraram-se inviáveis com o evidente realinhamento de Kiev após a destituição de Yanukovich. Moscou, diante do imperativo estratégico de assegurar a continuação da sua Frota do Mar Negro no Porto de Sebastopol e, mais amplamente, de manter sua influência na região, anexou a Criméia e, de maneira indireta, provocou surtos irredentistas nas regiões do Donbass através da narrativa do Mundo Russo e de uma campanha coordenada de propaganda e desinformação sobre o então governo ucraniano, legitimando a necessidade de interferir na região em prol da comunidade russa existente nela.

3.2. O elemento econômico: o papel do gás na manutenção do Mundo Russo na Ucrânia

O segundo elemento a ser analisado nos interesses russos na Ucrânia é o econômico, estando diretamente ligado às indústrias de energia de ambos os países. Isso se deve ao fato de que após a dissolução da União Soviética, o setor energético (sobretudo o de gás natural) se converteu num valioso ativo nas relações bilaterais entre Moscou e Kiev. A Ucrânia passou a ser um corredor estratégico usado para o fornecimento de gás natural russo aos países europeus através dos gasodutos *Druzhba* e *Soyuz*. Não obstante, esse caráter estratégico da Ucrânia não impediu o surgimento de discórdias entre empresas estatais de gás natural da Rússia e deste país.

Disputas acerca de preços do gás natural russo sempre estiveram presentes nas relações russo-ucranianas através das contendas entre as empresas estatais Gazprom (Rússia) e Naftohaz (Ucrânia). Essas disputas constantemente resultavam em sucessivas suspensões da exportação de gás natural russo e acusações de que a Ucrânia praticava desvio ilícito do

produto pelo Kremlin. A partir de 2005, uma série de desavenças maiores entre autoridades ucranianas e russas tiveram início acerca do preço e do custo de transporte do gás fornecido pela estatal russa Gazprom, levando a Rússia a acusar a Ucrânia de calote e desvio da fonte energética que deveria ser exportado para União Europeia. Apesar das acusações, o fornecimento foi restabelecido em meados de janeiro de 2006, após a conclusão de um acordo entre a Ucrânia e a Gazprom que resultou num contrato de cinco anos e na criação da intermediária russa-suíça RusUkrEnergo.

No ano de 2007, novas tensões surgiram e acabaram misturando a questão econômica com a geopolítica. A percepção de que a Rússia utilizava suas políticas energéticas para chantagear ex-repúblicas soviéticas que, após as Revoluções Coloridas, passaram a adotar uma abordagem pró-Occidente, ficou evidenciada através do acentuado aumento dos preços de gás natural russo na Geórgia, num contexto de deterioração das relações entre os dois países (esse evento mais tarde acabou tendo peso na Guerra Russo-Georgiana de 2008). Entre 2008 e 2009, diante de um inédito processo de intensificação nas relações bilaterais entre a Ucrânia e a União Europeia, a estatal russa Gazprom passou a fazer sucessivos cortes no fornecimento de gás à Ucrânia devido a supostos novos calotes. A situação acabou deteriorando quando exportações equivalentes a 90 milhões de metros cúbicos deste combustível para a Ucrânia foram interrompidas completamente, evento que acabou impactando na então crise financeira que assolava o país europeu oriental no momento, arrastando várias outras nações da Europa para dentro da crise. Nesse caso, surgiu a noção de que a Rússia estava exercendo pressão sobre o então presidente ucraniano Viktor Yushchenko diante da possibilidade da não extensão do arrendamento do Porto de Sebastopol à Frota do Mar Negro da Marinha da Federação Russa.

Além do uso do gás natural como uma ferramenta de pressão e barganha na Ucrânia e na União Europeia, é do interesse do Kremlin que a primeira continue sendo um mercado dependente de seus recursos naturais, tanto pelo aspecto estratégico quanto pelo comercial. Por mais que a União Europeia tenha se tornado o principal parceiro comercial da Ucrânia, a Rússia ainda é um importante parceiro desse país: sendo a principal origem das importações ucranianas, juntamente com Belarus. Essa relativa dependência é usada como poder de influência pela Rússia, caso seja necessário fazer o uso de uma eventual pressão econômica.

3.3 Cultura e sociedade: a História do Mundo Russo na Ucrânia.

Um elemento não menos importante nos interesses russos na Ucrânia é o elemento histórico e cultural. Devido a séculos de dominação russa sobre a região que hoje compreende a Ucrânia, a história e a cultura de ambos os países são bastante interligadas. É verdade que também existe uma influência de outros atores, como a Polônia, porém, essa influência acabou sendo suplantada pela Rússia com os mais recentes domínios imperial e soviético da região (com exceção da Ucrânia ocidental). Existem três grandes períodos no passado histórico da Rússia e Ucrânia, e eles são relevantes para entender a interconexão da história de ambos os países e o impacto que a Rússia ainda possui sob a Ucrânia: a partilha de um ancestral comum através dos principados antigos da *Rus de Kiev*, o passado imperial russo (1659 – 1917) e o passado soviético (1922 – 1991).

Apesar das identidades russa e ucraniana nascerem por volta do século XVIII como uma mímica dos movimentos nacionalistas da Europa, ambos os países (e nesse caso também Belarus) descendem da antiga civilização da *Rus de Kiev*. A região onde se encontra o atual Estado da Ucrânia sempre foi uma região de importância central na história do Leste Europeu. Essa se deve ao fato de que Kiev era considerada o centro cultural e político de todos os principados eslavos orientais, estabelecido pelos descendentes do líder variague Rurik: Igor e Vladimir I. Isso significa que quem reinasse em Kiev, seria o líder de todas as terras da *Rus*: o Grão-Príncipe de Kiev (*Veliky Knyaz*).

Esse período teve um desfecho com a invasão mongol do século XIII. Kiev seria destruída e perderia importância política e cultural. Durante os séculos seguintes, duas tradições culturais diferentes iriam se desenvolver: a moscovita, centrada na região de Moscou e influenciada pela ocupação tártaro-mongol, e a rutena, influenciada pelos Reinos da Galícia-Volínia e da Polônia, estando mais exposta a influência da Igreja Católica. O Reino da Galícia-Volínia (Rutênia), onde hoje se situa a parte ocidental da Ucrânia e oriental da Polônia, iria ser incorporado a Lituânia em 1349 e também iria se orientar em direção a Europa, enquanto Moscou permaneceria sob a vassalagem dos tártaros até o século XV, quando Ivan, o Terrível, liberaria o Ducado de Moscou da ocupação tártara e, posteriormente, iria se autoproclamar “Czar de Todas as Rússias”⁵ em 1547. Os desdobramentos desse período servem, atualmente, como uma narrativa dos nacionalistas ucranianos sobre uma

⁵ O termo "tsar" ou "czar", tal como o alemão kaiser, tem a sua origem na palavra latina Caesar. A escolha do termo foi uma maneira de Ivan o Terrível de criar uma narrativa mítica de que a Rússia era a terceira Roma.

diferente formação cultural que se deu entre a Rússia e Ucrânia, explicando a tendência de Moscou em ser centralizadora e voltada para Eurásia e de Kiev em voltar-se para o Ocidente.

Até o início do século XVIII, Kiev permaneceria sob a relativa influência polaco-lituana⁶. Contudo, como explicado no início do capítulo, isso mudaria com a integração da região central da Ucrânia e de todas as terras ao leste do rio Dniepre (sob a administração do Hetmanato Cossaco) ao império russo através do Acordo da Pereslavia, firmado entre o hetman Bohdan Khmelnytsky e o czar Aleixo da Rússia em 1654. Durante o restante do século, marcado pelo declínio polaco-lituano nas guerras russo-polonesas, a região se tornaria uma periferia de Moscou e, posteriormente, do Império Russo centrado na nova capital de São Petersburgo.

O domínio russo da região iniciaria mais tarde um fenômeno bastante dúbio: ao mesmo tempo em que houve uma tentativa de “homogeneização” das culturas russa e ucraniana através de uma constante supressão do desenvolvimento da língua ucraniana, assim como do surgimento de uma consciência nacional, a Rússia virou uma espécie de elemento opositor no processo de *nation-building* ucraniano. No século XIX, a Ucrânia (como região histórica e nação) passou a existir apenas como uma unidade administrativa dentro do Império Russo através do Governorato da Pequena Rússia⁷ (posteriormente sendo dividido entre o Governorato de Poltava e Chernihiv). A nomenclatura Pequena Rússia tornou-se um conceito político e geográfico russo aplicado às pessoas, à língua e à cultura local da região e passou a competir com a identidade ucraniana fomentada por escritores e intelectuais locais, como Taras Schevchenko (considerado fundador da literatura moderna ucraniana) e Ivan Franko, inspirados pelos movimentos nacionalistas que agitavam outros povos europeus sob o domínio do Império Russo (à exemplo do movimento nacionalista na Polônia e do movimento Fennoman na Finlândia).

No decorrer do século XIX, a Rússia, temendo o separatismo, passou a impor uma série de limites às tentativas de disseminação da língua e cultura ucranianas através das políticas de russificação, banimentos da publicação de textos na língua ucraniana e proibição do ensino em ucraniano nas escolas. No campo ideológico, a influência dos movimentos pan-

⁶ A União de Lublin, firmada em 1 de julho de 1569, transformou o Reino da Polônia e o Grão-Ducado da Lituânia em um único estado: a República das Duas Nações ou Comunidade Polaco-Lituana. Kiev e a Rutenia, automaticamente, passariam a ser domínio dessa nova entidade política europeia.

⁷ O Governorato da Pequena Rússia foi uma unidade administrativa do Império Russo estabelecida anos após a dissolução do Hetmanato Cossaco, um proto-Estado ucraniano, em 1775.

eslavista e eslavófilo, de cunho antiocidental e conservador, encontrou adesão de alguns escritores e artistas de origem ucraniana (à exemplo de Nikolai Gogol e Pyotr Tchaikovsky). Por outro lado, a parte ocidental da Ucrânia sob domínio do Império Austro-Húngaro, era composta por uma elite de distintas ascendências (austríaca, polonesa e rutena) que acabou atraindo a vinda de um grande contingente de intelectuais ucranianos escapando da repressão do Império Russo. Esse êxodo possibilitou a continuação da ucranófilia em face da crescente russofilia.

O começo do século XX viu o rápido declínio e conseqüente esfacelamento do Império Russo diante da ascensão do bolchevismo e da erupção da Revolução Russa de 1917, assim como da Primeira Guerra Mundial. Esse período foi marcado por várias tentativas de formação de um inédito Estado independente ucraniano, traduzidas no estabelecimento da República Popular da Ucrânia por Symon Petliura, em 1918, e pelo breve Estado Ucraniano de Pavlo Skoropadsky. No oeste da Ucrânia, foi estabelecida a República Popular da Ucrânia Ocidental, que mais tarde se tornaria parte da Segunda República Polonesa.

Os esforços dessas facções e entidades políticas acabariam sendo em vão. O rápido avanço das tropas bolcheviques resultaria na formação de um governo soviético ucraniano em 21 de dezembro de 1919 na cidade de Kharkiv. Eventualmente, o Exército Vermelho acabou controlando grande parte do território ucraniano após a Paz de Riga de 1921. Em 30 de dezembro de 1922, juntamente com as repúblicas soviéticas da Rússia e da Bielorrússia, a República Socialista Soviética da Ucrânia iria tornar-se um dos membros fundadores da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

A Ucrânia, na condição de república soviética, iria passar por uma das mais turbulentas fases da sua história no período do entreguerras. Após séculos de russificação levado a cabo pelo Império Russo, ajudando a enfraquecer a cultura ucraniana local, o Comitê Central do Partido Comunista passou a promover as chamadas políticas de nativização (*korenizatsya*), que consistiam na indicação de *cadres* locais à cargos administrativos nas suas respectivas repúblicas soviéticas e na promoção das culturas nacionais de cada república soviética com o intuito de combater o chauvinismo e a dominação cultural russa erigida no período imperial⁸. No entanto, a partir de 1931, essas políticas iriam ser revertidas às velhas práticas de russificação através de sucessivos expurgos dos *cadres* locais sob a acusação de instigação de conflitos nacionais e opressão de russos étnicos (VIHAVAINEN, 2000).

⁸ Na Ucrânia, esse processo ficou conhecido por Ucrânização

Devido a sua localização, na parte ocidental da União Soviética, o regime crescentemente totalitário de Stalin passou a ver a Ucrânia e o processo de ucranização como uma ameaça à integridade da União Soviética e passou a reprimir os “nacionalismos burgueses”. Entre 1932 e 1934, uma série de políticas agrícolas formuladas por Stalin e Lazar Kaganovich, no âmbito dos processos de coletivização e do primeiro plano quinquenal, resultou num incontornável surto de fome, matando milhões de pessoas nas principais regiões agrícolas da União Soviética, incluindo a República Socialista Soviética da Ucrânia. Estima-se que entre 2 a 4 milhões de ucranianos morreram de fome (MARPLES, p. 50), causando um grande despovoamento da Ucrânia e do sul da Rússia⁹.

Após a Segunda Guerra Mundial, a Ucrânia se encontrava destruída, porém a vitória levou a importantes ganhos territoriais. O território ucraniano sob o domínio polonês delimitado pela de Linha Curzon, historicamente nacionalista e ucranófilo, foi cedido à Ucrânia Soviética. O mesmo aconteceu com a região da Transcarpátia através de um acordo firmando entre a União Soviética e Checoslováquia. Moscou iria se encarregar de assegurar o domínio político da Ucrânia, uma das repúblicas que mais sofreram com a guerra, onde milhões de ucranianos foram mortos e evacuados, ocasionando um grande déficit humano. Devido aos incentivos de fomentar um amplo patriotismo soviético, a Ucrânia do pós-guerra tornou-se parte da construção de um amplo imaginário mítico através de títulos simbólicos como os da Ordem de Lênin e os das Cidades Herói, das quais duas se encontravam em território ucraniano: Kiev e Odessa.

Com a morte de Stalin em 1953, Khrushchev pôs em prática políticas que buscassem minimizar os estragos feitos pelo regime totalitário stalinista e fomentar laços fraternais entre as repúblicas soviéticas, resultando na transferência da península da Criméia da Rússia para Ucrânia em 1954. Mais tarde, o governo de Brezhnev introduziu as políticas de “fusão” e “agrupamento”, com o intuito de unir as diferentes nacionalidades soviéticas numa só nacionalidade, preservando os melhores “elementos” de cada nacionalidade para a nova. Essa política que pretendia criar um super-homem soviético que transcendesse as nacionalidades, na realidade, configurou-se em um novo processo de russificação.

Através desse breve exercício historiográfico e analítico, pode-se perceber que os domínios históricos russo e soviético da Ucrânia deixaram visíveis marcas até hoje na sua sociedade. Constata-se que por mais que o país esteja passando por um inédito processo de

⁹ Esse evento, mais tarde, seria chamado de *Holodomor* ou o “Holocausto Ucraniano”.

reformas políticas sistêmicas e um renascimento sociocultural através do crescimento de um nacionalismo cívico em face às recentes incursões russas no país, o impacto cultural da Rússia não desaparecerá do dia para noite. A Ucrânia ainda possui a maior comunidade russa e russófona fora da Federação Russa (ainda que venha diminuindo vertiginosamente desde 2014). Essa particularidade demográfica foi extensivamente capitalizada pelo Kremlin em seus interesses geopolíticos através da narrativa do Mundo Russo, ao ponto do presidente russo Vladimir Putin justificar as medidas, dizendo que era seu dever proteger os interesses de russos e russófonos. Sem dúvida, o posicionamento de Putin encontrou um forte apelo emocional nas regiões mais ligadas a Rússia, à exemplo de Donetsk e Lugansk.

Um fato curioso a se notar é que, apesar da euforia e do crescente patriotismo russo com ações de Putin na Ucrânia, a Revolução Ucraniana foi também considerada uma fratura fraternal. A “perda” da Ucrânia, na visão de alguns russos, passou a significar a perda de uma parte da sua própria história e a fratura de muitas famílias, fato constantemente corroborado no discurso de Putin de que ucranianos e russos são um só povo. Conquanto, nota-se a falta de reciprocidade desse sentimento afetivo e fraternal que os russos sentem pela Ucrânia. Para explicar a rejeição de Kiev pelo Mundo Russo, deve-se frisar a dicotomia do centro-periferia que se dá entre Moscou e Kiev (como entre a Suécia e a Finlândia e o Reino Unido e a Irlanda), a Ucrânia sempre foi tratada como uma cultura inferior no contexto do Império Russo, centrada nas práticas agrícolas e em expressões artísticas típicas do campesinato. Por representar o antigo Império Russo, a cultura ucraniana sempre foi desafiada pela cultura russa que manteve seu papel de mediadora entre a cultura global e os receptores ucranianos (RYABCHUK, 2009). O rompimento da Ucrânia, dessa maneira, pode ser traduzido como uma negação dos ucranianos de ocuparem o cargo de periferia da Rússia, juntamente com o apelo do projeto europeu, comumente relacionado à civilidade, desenvolvimento social e cultural.

CONCLUSÃO

Nas últimas duas décadas, o mundo viu surgir uma Rússia completamente diferente da que se ensejava criar durante os turbulentos anos 90. Desde a chegada de Vladimir Putin ao poder em 2000, a Federação Russa passou por mudanças sistêmicas em todas suas esferas, no âmbito doméstico e externo (social, cultural, geoestratégica e econômica). Acreditando que o colapso da União Soviética foi a maior catástrofe geopolítica do século XX, Putin, aos poucos, passou a expressar o desejo de restaurar a influência da Rússia no espaço pós-soviético, assim como “redimir” o povo russo do humilhante colapso político, econômico e demográfico que o seu país sofreu com a dissolução da União Soviética. A visão de Putin passou a estar centrada na ideia de que a Rússia deve ser uma superpotência eurasiática e não apenas uma potência regional como a Turquia ou o Irã.

Diante da expansão da coalização das forças euro-atlantistas na Europa e das intervenções norte-americanas em vários conflitos ao redor do mundo, Putin passou a alimentar um sentimento de oposição ao Ocidente e de uma Rússia que estava sendo cercada por forças hostis e contraprodutivas. A noção de que o Ocidente estava adentrando a uma área de interesse estratégico da Rússia, ligada ao seu passado histórico imperial e soviético, resultou no surgimento de uma narrativa messiânica que busca legitimar o engajamento da Rússia no espaço pós-soviético: o Mundo Russo (reciclado das ideias de antigos pensadores russos), compreendendo a população de russos étnicos e russófonos existentes no território das ex-repúblicas soviéticas.

A estruturação do Mundo Russo se sucedeu através da formulação de leis que remetessem a questão da desconfiguração demográfica russa e da criação de várias instituições e agências que visassem salvaguardar os direitos do contingente de russos no espaço pós-soviético. O projeto também contou com uma base ideológica, o Kremlin passou a disseminar ideias de que a Rússia se constituía em uma civilização única, com valores e princípios diferentes dos valores liberais do Ocidente. Internamente, isso foi traduzido por uma administração crescentemente conservadora e autoritária, assim como na formulação de leis que diminuíssem as liberdades civis.

Esses esforços acabaram, conseqüentemente, se chocando com os projetos euro-atlântistas. Esse atrito, em primeira estância, deu-se através da adesão das ex-repúblicas soviéticas do Báltico à OTAN e de uma crescente militarização no Leste Europeu, e,

posteriormente, com uma fase de intensificação das relações bilaterais entre a União Europeia e a Ucrânia após o aparente rompimento desta com os projetos de integração eurasiáticos nos anos seguintes à Revolução Laranja. O choque desses dois projetos teve seu grande clímax na erupção do Euromaidan, uma série de protestos públicos onde a sociedade civil ucraniana exigiu uma maior integração europeia diante da suspensão da assinatura de um acordo de associação pelo então presidente pró-russo Viktor Yanukovich. Os protestos acabaram se tornando violentos e resultaram na fuga de Yanukovich para a Rússia, ocasionando na sua eventual destituição.

O Euromaidan acabou abrindo uma caixa de pandora, tornando-se uma crise nacional generalizada e sem precedentes no espaço pós-soviético (a Crise da Ucrânia de 2014). Esses eventos foram seguidos pela anexação da península da Criméia por tropas russas e por rebeliões separatistas, indiretamente fomentadas por Moscou, no leste ucraniano (Donbass), resultando no estabelecimento das autoproclamadas Repúblicas Populares de Donetsk e Lugansk. Diante de um inédito quadro de agressão no continente europeu em pleno século XXI, a comunidade internacional se uniu no apoio a Kiev e na condenação de Moscou.

O presente trabalho buscou analisar a construção do Mundo Russo, com ênfase na Ucrânia, e entender a sua verdadeira natureza: seria essa narrativa um projeto de cunho imperialista, buscando hegemonia global? Ou uma genuína preocupação da Rússia acerca da comunidade de russos que residem ao longo de suas fronteiras? Ou nenhuma dessas opções? Tendo como base a teoria estrutural do neo-realismo, a monografia chegou à conclusão que as aspirações da Rússia são, no geral, de âmbito defensivo, porém, sem deixar de fazer uso de táticas ofensivas quando necessário.

O realismo defensivo prevê que a anarquia no cenário mundial força os Estados a maximizarem a sua segurança diante da falta de conhecimento e confiança em relação aos outros Estados, esse processo acaba gerando um grande dilema de segurança, pois esta é o componente primário para sobrevivência de um Estado no cenário internacional. No tocante a Rússia e ao espaço pós-soviético, essa percepção foi corroborada com os pontuais episódios de reatividade do Kremlin no decorrer das duas últimas décadas que buscou maximizar sua segurança, através de meios internos e externos, num sistema de autoajuda. A Rússia, encarando a Eurásia como um tabuleiro, passou criar conflitos que congelassem o processo de realinhamento de ex-repúblicas soviéticas de importância estratégica como a Geórgia e a

Ucrânia, além de assegurar pontos de capital estratégico imensuráveis como o enclave de Kaliningrado e a península da Criméia.

Esse trabalho buscou também focar na Ucrânia. Que ao contrário das demais ex-repúblicas soviéticas, possui importância central não só para os atores da região, como também no grande jogo geopolítico internacional. Não é um exagero dizer que sem a Ucrânia, a Rússia perde um importante componente no seu esforço de tornar-se uma superpotência eurasiática. Os fatores por trás dessa importância são variados: a Ucrânia é o maior Estado Europeu inteiramente na Europa, possui uma população de aproximadamente 40 milhões de habitantes (na sua maioria qualificados), é um importante mercado na região e, sobretudo, possui uma localização singular no continente, ligando o Leste Europeu à grande massa de terra eurasiática e funcionando como uma zona de amortecimento tanto para Europa quanto para Rússia.

É importante frisar, contudo, que Moscou não possui mais esperança em ter uma Ucrânia aliada. Diante dos esforços feitos durante administração de Poroshenko, o Kremlin parece dar indícios de que o realinhamento ucraniano está fora de seu controle. Com a estratégica península da Criméia efetivamente anexada, o *modus operandi* da Rússia agora se constitui em fazer uso dos meios necessários para atrasar e dificultar o processo de integração europeia da Ucrânia, mantendo-a como uma importante zona de amortecimento no Leste Europeu fora de qualquer união supranacional ou bloco militar. Esse comportamento evidencia a importância central da segurança na psique russa e endossa a relação do Mundo Russo com a teoria neo-realista defensiva.

Ainda há muito a ser analisado e os próximos anos apresentam sérios desafios para Moscou diante de uma Ucrânia aparentemente decidida a integrar-se à Europa em meio a uma guerra contra tropas paramilitares apoiadas por russos em seus territórios orientais. A história ensina que nada é determinista, porém, mudanças sistêmicas são difíceis de acontecer. Não existe um horizonte claro de que ambas as políticas externa e doméstica da Rússia mudarão com a saída de Putin, mais improvável ainda é uma volta da Ucrânia à esfera de influência russa ou a desistência da mesma de integração com os projetos euro-atlantistas.

REFERÊNCIAS

- ALEXE, Theodor. EU, Ukraine Agree On ‘Road Map’ For Visa-Free Travel. **Radio Free Europe/Radio Liberty**, Moscou, nov. 2010. Seção Rússia. Disponível em: <https://www.rferl.org/a/2227271.html>. Acesso em: 20 abr. 2019.
- BRZEZINSKI, Zbigniew. **The Grand Chessboard: American Primacy and Its Geostrategic Imperatives**. New York: Basic Books, 1997.
- FAZAL, Tanisha M. State Death in the International System. **International Organization**, Cambridge, vol. 58, n.2, spring 2004, p. 311-314. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/3877860?seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: 11 abr. 2019.
- FEKLYUNINA, Valentina. Soft Power and Identity: Russia, Ukraine and the “Russian World(s)”. **European Journal of International Relations**, Glasgow, set. 2015. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1354066115601200>. Acesso em: 22 mai. 2019.
- FUKUYAMA, Francis. **The End of History and The Last Man**. New York: Free Press, 1992.
- GARDNER, Hall. **Crimea, Global Rivalry and the Vengeance of History**. New York: Palgrave Macmillan US, 2015.
- HRUSHEVSKY, Mykhailo. **History of Ukraine-Rus’**, Ed. Frank E. Sysyn et al., vol. IX. bk. 1. Edmonton and Toronto: Canadian Institute of Ukrainian Studies Press, 2005. Disponível em: https://www.e-reading.club/bookreader.php/1043049/Plokhy_-_The_Gates_of_Europe.html.
- KOLSTO, Paul; BLAKKISRUD, Helge. **The New Russian Nationalism: Imperialism, Ethnicity and Authoritarianism 2000-15**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2016.
- KUBIJOVYC, Volodymyr, HUSAR STRUK, Danylo. **Encyclopedia of Ukraine**, vol. 5, University of Toronto Press, 1993. Disponível em: https://www.e-reading.club/bookreader.php/1043049/Plokhy_-_The_Gates_of_Europe.html.
- KUDORS, Andis. **“Russian World” – Russia’s Soft Power Approach to Compatriots Policy**. Russian Analytical Digest, Zürich, n. 81, 2010. Disponível em: <http://www.css.ethz.ch/content/dam/ethz/special-interest/gess/cis/center-for-securities-studies/pdfs/RAD-81-2-4.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2019.
- LARUELLE, Marlene. **The Russian World: Russia’s Soft Power and Geopolitical Imagination**. Washington D.C.: Center on Global Interests, 2015.
- MACKINDER, H.J.. **The Geographical Pivot of History**. The Geographical Journal, Vol. 23, N.4, The Royal Geographical Society, London, 1904.
- MAGOCSI, Paul Robert. **A History of Ukraine: A Land and Its Peoples**. Toronto: University of Toronto Press/Scholarly Publishing Division, 2010.

NAROCHNITSKAYA, Natalia. Disponível em: <http://www.idc-europe.org/en/The-Institute-of-Democracy-and-Cooperation>. Acesso em 28 de abr. 2019.

PUTIN, Vladimir. All eyes on Putin. [Entrevista concedida a Charlie Rose]. **CBS News, 60 minutes**: 27 set. 2015. Disponível em: <https://www.cbsnews.com/news/vladimir-putin-russian-president-60-minutes-charlie-rose/>. Acesso em: 29 abr. 2019.

RÚSSIA. Presidente (200-2008: Vladimir Putin). **Discurso por ocasião do Primeiro Congresso de Compatriotas**. Moscou, 11 out. 2001. Disponível em: http://old.nasledie.ru/politvnt/19_44/article.php?art=24. Acesso em: 14 abr. 2019.

RYABCHUK, Mykola. **In Bed with an Elephant: Cultural Wars and Rival Identities in Contemporary Ukraine**. Postcolonial Europe, Stockholm, abr. 2009. Disponível em: <http://www.postcolonial-europe.eu/essays/63--in-bed-with-an-elephant-cultural-wars-and-rival-identities-in-contemporary-ukraine>. Acesso em: 25 abr. 2019.

STATE STATISTICS COMMITTEE OF UKRAINE. **All Ukrainian population censos' 2001**. Kiev, 2001. Disponível em: <http://2001.ukrcensus.gov.ua/eng/results/general/nationality/>. Acesso em: 15 abr. 2019.

TALIAFERRO, Jeffrey W. **Security Seeking under Anarchy: Defensive Realism Revisited** Author(s). In: THE MIT PRESS. *International Security*, Cambridge, v. 25, n. 3, p. 128-161, winter 2000-2001. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2626708?origin=JSTOR-pdf>. Acesso em: 14 abr. 2019.

VAN EVERA, Stephen. **Causes of War: Power and the Roots of Conflict**. Cornell University Press, Ithaca, New York, 1999.

VIHAVAINEN, Timo. Nationalism and Internationalism: **How did the Bolsheviks Cope with National Sentiments**. In: CHULOS, Chris J; PIIRAINEN, Timo. *The Fall of an Empire, The Birth of a Nation: National Identities in Russia*. Aldershot: Ashgate, 2000, p. 81–82.

VINOKUROV, Evgeny; LIBMAN, Alexander. Eurasia and Eurasian Integration: Beyond the Post-Soviet Borders. In: EURASIAN DEVELOPMENT BANK. **Eurasian Integration Yearbook 2012**: Annual publication of the Eurasian Development Yearbook. Almaty, 2012, p. 80-95. Disponível em: <https://eabr.org/en/analytics/archive-edb-editions/annual-almanac/6498/>. Acesso em: 23 abr. 2019.

WALTZ, Kenneth N. **Theory of International Politics**. New York: McGraw-Hill, 1979.

ZEVELEV, Igor. **Russia National Identity and Foreign Policy**. Center for Strategic and International Studies, Washington D.C., 2016. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/russian-national-identity-and-foreign-policy>. Acesso em: 12 abr. 2019.